



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**DANIELA SILVA DA CRUZ**

**UM OLHAR SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO**  
**CEFET-BA.**

Salvador  
2008

**DANIELA SILVA DA CRUZ**

**UM OLHAR SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO  
CEFET-BA.**

Monografia apresentada ao Colegiado de  
Pedagogia da Faculdade de Educação,  
Universidade Federal da Bahia, como requisito  
para a obtenção da Graduação em Pedagogia, sob  
orientação da Professora Dra. Iracy Picanço.

Salvador  
2008

**DANIELA SILVA DA CRUZ**

**UM OLHAR SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO  
CEFET-BA.**

**Banca Examinadora:**

---

Professora Dra. Iracy Picanço (Orientadora)  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

---

Professora Dra. Vera Lúcia Bueno Fartes  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

---

Professora Dra. Regina Antoniazzi  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

## **AGRADECIMENTOS**

Sonhos, anseios, conquistas, satisfação e mais uma vitória! É dessa forma que relato mais uma etapa da minha vida. Nessa caminhada nunca estive sozinha.

Agradeço a DEUS, que esteve sempre ao meu lado, ouvindo e atendendo aos meus pedidos e me dando forças nos momentos difíceis até mesmo quando pensei em desistir.

Aos meus pais, GRACILIANO e MARIA JOSÉ, e meus irmãos, DILSON, DANIELSON, DENILSON e DIOGENES, pelo amor dedicado a mim, vocês foram meu porto seguro.

As *amigas-labcetes*, MARLI, PATRÍCIA ..., pelo incentivo para que eu buscase esta nova formação. E em especial a minha irmãzinha e futura Assistente Social, CLÁUDIA VERÔNICA, que esteve sempre presente nesta caminhada, me apoiando e encorajando.

A minha comadre ROSANA, que esta conquista sirva de motivação para você, pois você também é capaz, basta recomeçar.

A SIRLEIDE, pelas orações e conselhos sempre acertados, esta vitória também é sua viu!

Ah! Não poderia deixar de falar de você, não é amiga! A Joelma – FOFINHA, por do seu modo, me fazer compreender que o social e o acadêmico não devem ser dissociados. E por sempre acreditar que no final tudo dá certo.

A todos os FAMILIARES e AMIG@S, que não são poucos, por terem trazido o meio termo a minha vida, o tempo de estudar, de farrear, de quietude...

Ao SESI - NETI e ao CEFET - GAOA, espaços que me possibilitaram colocar em prática as teorias aprendidas na faculdade, oportunizando com isso, maior aprendizado e crescimento pessoal e profissional.

A todos os funcionários do CEFET-BA e da Fundação Clemente Mariani – FCM, pela boa vontade e presteza na ocasião das minhas pesquisas. Em especial a MARISE, TELMA,

PATRÍCIA E GIL, pela compreensão, sempre priorizando minha formação acadêmica e pelo total apoio na elaboração deste trabalho, saibam que se não fossem vocês grande parte desta pesquisa não seria possível.

A todos os meus mestres da Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia que contribuíram para minha formação acadêmica.

As amigas do Curso de Pedagogia da UFBA/FACED, em especial a ALANA e JACINEIDE, pelas palavras de conforto e por acreditarem em minha competência.

A todos que me apoiaram nos momentos de dificuldades, em especial a MARIVANIA, que esteve presente em minha vida durante todo o percurso dessa formação, e por ter disponibilizado seu tempo para me ajudar na redação final deste trabalho.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup> IRACY PICANÇO, pela confiança, intervenções sempre acertadas e por dispor seus conhecimentos para a orientação deste trabalho.

Enfim, a todos que me apoiaram e acreditaram na minha vitória.

O meu muito obrigada!

A melhoria da sociedade só será possível quando conscientizarmos o papel da educação como fonte prima do desenvolvimento, mostrando ao jovem seu poder transformador e incentivando-o ao norte de um caminho, tirando as viseiras impostas por paradigmas sociais, percebendo que o caminho se faz caminhando.

Túlio Rivadávia

## **RESUMO**

Este trabalho aborda as ações destinadas à assistência estudantil para os alunos em poucas condições sócio-econômicas que estudam no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA. Num primeiro momento é realizada uma contextualização histórica sobre as diversas formas de assistência estudantil existentes na instituição desde sua origem. Em seguida são apresentadas as formas atuais destes benefícios vigentes no CEFET-BA, considerando suas características principais e o que diferencia as diversas formas de assistência estudantil na referida instituição. Por fim, através de pesquisa direta, buscou-se levantar o perfil dos alunos que usufruem estes benefícios, bem como a satisfação dos mesmos por encontrarem-se como bolsistas e o reflexo desta condição no desempenho escolar deles. Finalmente, empreende a autora uma análise direta sobre o alcance das ações de assistência estudantil diante dos novos atores que povoam o CEFET-BA, com a política de cotas e o incremento da oferta de bolsas de estudos.

Palavras-chave: Educação Profissional, Assistência Estudantil, Política de Cotas.

## **TABELAS**

Tabela 1 – Número de discentes por campus.	25
Tabela 2 – Modelo de curso de acordo com a faixa etária e sexo do aluno.	45
Tabela 3 – Tipo de assistência estudantil, grau de satisfação e melhoria do aproveitamento acadêmico após a concessão da bolsa.	46
Tabela 4 – Número de matriculados no CEFET-BA de Salvador no ano de 2008 e alcance da assistência.	47



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. SITUANDO O CONTEXTO	13
1.1 – Educação para Todos: uma reivindicação mundial	14
1.2 – O Brasil adequando-se?	16
1.3 – Aspectos sócio-econômicos e acesso à educação	18
2. O CEFET-BA	20
2.1 – Estrutura Acadêmica	23
2.2 – O alunado e sua origem sócio-econômica	24
3. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CEFET-BA	27
3.1 – A sistematização do auxílio financeiro no CEFET-BA	28
3.2 – A assistência estudantil no CEFET-BA na atualidade	29
3.2.1 – O Programa de Assistência ao Educando – PAE	32
3.2.2 – A parceria com a Fundação Clemente Mariani – FCM	38
3.2.3 – Algumas comparações entre os dois programas	42
4. OS BOLSISTAS	43
5. CONSEQÜÊNCIAS E ALCANCE DA ASSISTÊNCIA	48
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE	56

## INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu a partir da experiência da autora enquanto estagiária da Gerência de Assistência e Orientação ao Aluno – GAOA, no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET-BA, desde o início do ano de 2008. Nesta atividade vem atuando diretamente com os alunos da instituição, o que lhe oportunizou conhecer as especificidades daqueles últimos, bem como as ações referentes à assistência estudantil na instituição.

A atuação da autora na instituição tem tido como foco principal o Programa de Assistência ao Educando - PAE, realizando o acompanhamento pedagógico e orientação educacional dos alunos bolsistas. E foi a partir dos relatos, observações e visitas domiciliares, que surgiram inquietações sobre a assistência estudantil na instituição. Pois, depois da implantação das políticas de cotas no CEFET-BA, o número de alunos oriundos de famílias de baixa renda aumentou e com isso também a demanda para acesso às variadas formas de benefícios existentes no Centro.

Desde sua origem, o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET-BA tem buscado implantar ações voltadas para a assistência estudantil com o objetivo de contribuir para o êxito e permanência de alunos de baixa renda na mesma. Atualmente a assistência estudantil neste estabelecimento ocorre por meio de duas vias, o Programa de Assistência ao Educando - PAE, e os Projetos de Incentivo à Permanência no curso, e de Ingresso dos alunos da instituição no ensino superior, estes últimos, em parceria com a Fundação Clemente Mariani – FCM.

O primeiro, o Programa de Assistência ao Educando - PAE vinculado ao Projeto de Incentivo a Aprendizagem – PINA, elaborado de acordo com os objetivos do programa, pelos departamentos, gerências e outros setores da instituição com o intuito de selecionar alunos para atuar nos mesmos, contribuindo assim para a sua formação profissional e sua inserção no mercado do trabalho, é uma espécie de bolsa-trabalho, financiada com recursos próprios da instituição. Neste, o aluno estuda em um turno e no outro atua como bolsista em um PINA, realizando atividades da rotina do setor e recebe por isso uma bolsa estágio de meio salário mínimo.

O outro, é por meio de dois projetos financiados pela Fundação Clemente Mariani – FCM. O Projeto de Incentivo à Permanência de Estudantes Oriundos de Famílias de Baixa-renda no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA, o qual “insere-se no esforço de democratização do ensino médio de qualidade no Estado da Bahia” (BAHIA, 2008a, p. 01). E o Projeto de Incentivo ao Ingresso de Estudantes de Escolas Públicas no Ensino Superior, com o intuito de “insere-se no esforço de democratização do acesso ao ensino superior no Estado da Bahia” (BAHIA, 2008b, p.01). Nestes, o aluno estuda em um turno e no outro desenvolve atividades educativas e culturais, e também recebe uma bolsa estágio.

Devido à assistência estudantil ser hoje questão de estudos e debates no cenário educacional do país, e pelo fato de ser o objeto do trabalho cotidiano da autora, este foram os motivos pelos quais a conduziram a este estudo. Aspectos que são defendidos pelos grandes estudiosos da iniciação científica como: Lakatos e Marconi (2001), Lima (2004), Pádua (1998), Severino (1996), Salomon (2001) e outros, na escolha de um objeto de estudo. Pois, “um assunto a ser tratado cientificamente, pela primeira vez, deve significar algo de muito ligado à pessoa do iniciante na atividade científica” (SALOMON, 2001, p. 272). Logo, além deste tema ser diretamente ligado ao cotidiano da autora, a mesma não encontrou, durante suas pesquisas, estudos sistematizados sobre a assistência estudantil na referida instituição, motivo pelo qual despertou seu interesse em conhecer como funcionam as ações voltadas para assistência estudantil no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA, sede, situado em Salvador.

Para realização do referido estudo foi utilizada uma metodologia, com tratamento de elementos teóricos e empíricos. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica/documental, visando buscar informações pertinentes, para embasar teoricamente a pesquisa. Esta etapa buscou identificar informações em diversos documentos, tais como: leis, revistas, notícias da internet, relatórios, livros e artigos científicos. Na segunda etapa foi feita uma pesquisa empírica, utilizando técnica de entrevista com a assistente social da instituição considerada referência, quando se trata da nova fase da assistência estudantil no CEFET-BA. Esta entrevista possibilitou a coleta de dados e a orientação para o levantamento de informações sobre o histórico desses benefícios na instituição, uma vez que não existem documentos que relatem de forma sistemática a implantação dos mesmos. Também nesta segunda etapa foi aplicado

um questionário aos alunos bolsistas atuais com o objetivo de conhecer seu perfil.

Para que fosse possível a realização e sistematização deste trabalho, houve a necessidade de dividir o mesmo em cinco partes: na primeira situa-se o contexto educacional e político do Brasil desde meados dos anos 80 do século passado, bem como aspectos sócio-econômicos atuais, visando situar as novas formas de assistência estudantil no CEFET-BA; a segunda parte, traz um panorama histórico da instituição, suas transformações, como se encontra estruturada atualmente e apresenta o alunado e sua origem sócio-econômica; a terceira parte, situa o foco do presente estudo, a assistência estudantil no Centro, expondo sua nova fase, com seus projetos e programa e em que os mesmos se distinguem; a quarta parte traz a caracterização dos alunos, objeto destas ações assistenciais: e, por último, ensaia a autora realizar uma apreciação crítica da assistência estudantil na instituição e seus alcances.

Diante do que foi exposto, é relevante conhecer as ações voltadas para a assistência estudantil no CEFET-BA em Salvador. Esse objeto de estudo surgiu da seguinte indagação: Como funcionam as formas de assistência estudantil no CEFET-BA? E foi com esta finalidade que o presente estudo foi realizado.

Com isso, a relevância do mesmo encontra-se em sua especificidade e atualidade. Pois, “os trabalhos científicos devem ser inéditos ou originais e contribuirão não só para a ampliação de conhecimento ou a compreensão de certos problemas, mas, também servirem de modelo ou oferecer subsídios para outros trabalhos” (LAKATOS e MARCONI, 2001, p. 234). E foi nessa perspectiva de originalidade e de oferecer alguns subsídios para pesquisas futuras que a autora elaborou este trabalho.

## 1 - SITUANDO O CONTEXTO

A sociedade humana, em especial a ocidental contemporânea, tem sido marcada por constantes transformações de ordem social e política. A sociedade brasileira, não poderia ser diferente, a década de 1980, foi um período caracterizado por mudanças em sua estrutura política, social e até econômica. O regime militar que se instalou no Brasil, por duas décadas estava chegando ao fim. Com o início da redemocratização do país, houve a necessidade de uma nova Carta Constitucional e os movimentos sociais organizados entre eles os ligados à educação – de professores e de estudantes –, abraçaram a bandeira em defesa da concretização dos direitos sociais, tais como: a saúde, educação, moradia, entre outros. No campo educacional, em defesa da educação pública, universal, gratuita e laica. Esses direitos estão expressos no Artigo 6º, Capítulo II, da Constituição Federal de 1988, na seguinte forma:

“São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”  
(BRASIL, 2004, p. 15).

Na área educacional, os anseios em defesa da erradicação do analfabetismo e da universalização da educação básica foram, também, contemplados da referida Carta Constitucional de 1988, nos seguintes dispositivos:

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I – igualdade de condições para acesso e permanência na escola;  
[...];  
IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
[...].

Art. 211: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.  
§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;  
[...].

Art. 214: A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- [...].

Estes artigos regulamentam a educação como direito de todos e garantem também o acesso e permanência ao ensino público àqueles que até então estavam excluídos deste processo, ficando o Estado encarregado de garantir essa prerrogativa, significando,

a conquista de um direito social para a sociedade civil, inclusive para aqueles cidadãos que não tinham até então o acesso ao ensino público, ou seja, o direito e a liberdade de ensino com qualidade como meio de crescimento pessoal e de cidadania, onde o Estado tem a plena responsabilidade de garantir a educação para todos. (LOPES, 2005, p. 02),

Segundo Hidalgo e Silva (2001) esse processo de universalização do acesso à educação, contou também, em algumas regiões do país, com recursos externos vindos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que conhecemos genericamente por Banco Mundial, que nos anos 80 do século passado, financiou dois grandes projetos para a educação escolar no Brasil: o primeiro, intitulado “Projeto Nordeste de Educação Básica”, conhecido também como “EDURURAL” e o segundo, chamado “Projeto Monhangara”, destinado a Região Norte e Centro-Oeste do Brasil. Os referidos autores ressaltam que estes dois projetos tinham como objetivo apoiar a expansão e melhorar a qualidade dos sistemas escolares nas regiões mais pobres do país.

### **1.1 – Educação para Todos: uma reivindicação mundial**

Conforme os referidos autores, as ações educacionais pós Nova Constituição, sejam aquelas organizadas por movimentos sociais ou pelo Banco Mundial, convergiam para a erradicação do analfabetismo e para a universalização da educação básica no Brasil, mas, intensificaram-se com a “Conferência Mundial de Educação para Todos” realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990. Este evento foi promovido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), UNICEF (Fundação das Nações Unidas para a Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o Banco Mundial (HILDALGO e SILVA, 2001).

Segundo os mesmos, a Conferência Mundial de Educação para Todos, contou com a participação de governos, agências internacionais, ONG's, associações profissionais e personalidades de destaque no cenário educacional do mundo todo. Os 155 governantes presentes neste evento aprovaram e assinaram a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, em 1990, comprometendo-se a assegurar uma *educação básica de qualidade* a crianças, jovens e adultos. Há sessenta anos, as nações do mundo assinaram a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em 1948, na qual ficou afirmado que “*toda pessoa tem direito à educação*”. No entanto, segundo dados existentes no preâmbulo da *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* de 1990, em muitos países, a realidade é outra, milhões de crianças, jovens e adultos, continuaram sem acesso a educação ou sem conseguir concluir a educação básica, e/ou não tem conhecimento ou acesso às novas tecnologias, transformando-se nos chamados analfabetos digitais. E isso, segundo os referidos autores, é fruto da pobreza que impera principalmente nos países menos desenvolvidos, pobreza que para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD é “uma negação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento da vida humana, refletida em vida curta, falta de educação, falta de meios materiais, exclusão e falta de liberdade e dignidade” (PNUD, 1997 *apud* WAISELFSZ, ABRAMOVAY e ANDRADE, 1998, p. 19).

Para Shiroma, Moraes e Evangelista (2002), a Conferência Mundial de Educação para Todos, foi um marco a partir do qual os nove países com as maiores taxas de analfabetismo no mundo – entres eles o Brasil - conhecidos como “E 9”, foram levados a desencadear ações para a consolidação dos princípios acordados na “*Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*”, Jomtien, 1990. De acordo com o preâmbulo da referida declaração, os participantes deste evento entenderam que “a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional”, a partir desse entendimento, os mesmos elaboraram o documento, no qual estão expressos os princípios acordados na *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* (1990), que garantem a todos, o acesso a educação:

Art. I: Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem.

Art. III: A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças,

jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar a sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.

Art. VIII: Políticas de apoio nos setores social, cultural e econômico são necessárias à concretização da plena provisão e utilização da educação básica para a promoção individual e social.

Percebe-se que estes princípios objetivam não só a universalização da educação, mas há também uma preocupação com a qualidade e a conscientização de que o acesso à educação a todos é primordial para o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma nação, o que conseqüentemente repercute também no panorama mundial.

## **1.2 – O Brasil adequando-se?**

Segundo Peterossi e Araújo (2003) no Brasil, as últimas décadas do século XX, particularmente, os anos 80 e 90, foram marcadas por significativas transformações de ordem política, econômica e social. Essas mudanças, segundo os mesmos, resultaram em uma série de programas de ajustes, como: privatizações de empresas públicas, redução dos investimentos públicos nos serviços sociais, em especial na saúde e educação, entre outros.

De acordo com os referidos autores, paralelo a esses acontecimentos, ocorreram mudanças nos meios de produção e nas relações de trabalho, com a inserção das novas tecnologias, uma vez que mundialmente a economia encontrava-se cada vez mais globalizada e competitiva. Essas transformações interferiram no perfil das qualificações profissionais, fossem elas de níveis menos qualificadas, até o trabalho dos profissionais mais qualificados.

Nesse contexto de transformações pelo qual passava o país, foi promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que segundo Peterossi e Araújo (2003), trouxe alterações significativas para o ensino brasileiro, regulamentando-o e ajustando-o as necessidades sociais, ou seja, visando o desenvolvimento de habilidades e competências para a inserção do cidadão no mercado de trabalho, trazendo avanços nesta área e promovendo a inclusão das crianças e adolescentes que estavam excluídos do acesso ao ensino público. Estes estão assim expressos na LDBEN nº 9.394/96:

Art. 1º: A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho,



nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para acesso e permanência na escola:  
[...].

A lei buscou expressar uma preocupação com a aquisição de novas competências pelo indivíduo, desde que, a não exclusão profissional depende, além de outras situações, adequação a um mercado do trabalho em constante mudança. Pois, “o homem mais bem preparado para uma sociedade que se transforma rapidamente é aquele que sabe se adaptar incessantemente, pela formação contínua, às novas formas impostas pela evolução científica ou tecnológica”, (PETEROSSSI e ARAÚJO, 2003, p. 71). Observa-se, entretanto, que até então não havia uma preocupação com as condições da educação pública oferecida no Brasil.

De acordo com o artigo Desafios do Plano Nacional de Educação (INEP/MEC, 2004), foi com o objetivo de melhorar a qualidade da educação do país, que o MEC criou em 2000 o Plano Nacional de Educação – PNE, que traça as diretrizes, metas e prioridades da educação brasileira para serem alcançadas no prazo de uma década. Contudo, segundo o referido artigo, este prazo foi prorrogado até 2011. O PNE fundamentou-se na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, e em síntese tem como objetivos:

- a elevação global do nível de escolaridade da população;
- a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública [...].

Nesta mesma linha de direito ao acesso e permanência à educação pública, qualificação para o mercado do trabalho e a formação integral do indivíduo, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, dispõe em alguns de seus artigos:

Art. 53: A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

(...).

Art. 86: A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Art. 87: São linhas de ação da política de atendimento:

I – políticas sociais básicas;

II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitam.

Segundo Lopes (2005) estas leis nacionais expressam os esforços do Estado para que os cidadãos tenham igualdade de direitos e de condições na educação, a partir de uma educação pública e de qualidade. Percebe-se também que estas leis convergem para o mesmo fim: a elevação da escolaridade dos indivíduos, a melhoria da qualidade de ensino e como também oportunizar a permanência dos alunos provenientes de famílias de baixa renda.

### **1.3 - Aspectos sócio-econômicos e acesso à educação**

Segundo artigo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2008) que divulgou a Síntese dos Indicadores Sociais 2008: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira, utilizando-se dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2007, que ressaltam as condições de vida da população brasileira, constatou-se que, entre 1997 e 2007, caiu de 31,6% para 23,5%, o percentual de famílias com rendimento familiar *per capita* de até ½ salário mínimo. No Nordeste, essa queda foi de 53,9% para 43,1%. A taxa de analfabetismo das pessoas com mais de 15 anos, caiu de 14,7% para 10%. No entanto, persistem ainda elevados os índices de pessoas que não sabem ler e nem escrever, a pesquisa apontou que 14,1 milhões de pessoas no país continuam analfabetas.

Ainda sobre os dados relatados pelo IBGE (2008), no que se refere à frequência à escola, os dados dos referidos indicadores mostram que cresceu bastante entre 1997 e 2007 o número de jovens freqüentando a escola. Neste sentido, o grupo de 0 a 6 anos de idade, em 1997, apenas 29,2% freqüentavam escola, percentual este que passou para 36,5% em 2002 e chegou a 44,5% em 2007. Na faixa etária de 4 a 6 anos de idade, o percentual em 2007 era de quase 78%. A educação encontra-se quase que universalizada na faixa etária 7 a 14 anos de idade, correspondente ao ensino

fundamental, com um percentual de 97,6% dos jovens freqüentando a escola.

O IBGE (2008), ainda afirma que entre os adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos, que deveriam estar freqüentando ensino médio, a situação sócio-econômica influencia na sua possibilidade de freqüentar escola. A freqüência escolar deste grupo como um todo é de 82,1%, porém, chama a atenção à diferença entre a taxa dos 20% mais pobres (76,3%) e a dos 20% mais ricos (93,6%). Entretanto, os resultados são melhores que os de 1997 (55,7% e 87,7%). No período, a distância entre os mais ricos e os mais pobres baixou de 31,2 para 17,4 pontos percentuais. A disparidade ocorre em todas as grandes regiões do país e pode ser explicada, em parte, pela necessidade dos jovens mais pobres de trabalhar para ajudar suas famílias.

Segundo os referidos dados, tais resultados evidenciam o alto nível de desigualdade existente no país, este quadro sócio-econômico mostra que, para milhares de estudantes, a renda familiar insuficiente não garante os meios de permanência e término dos estudos. Segundo Alves (2002), para que haja uma efetiva democratização da educação brasileira, deve-se buscar reduzir as desigualdades sócio-econômicas, tendo em vista que essa democratização não se efetiva apenas mediante o acesso à educação gratuita. Torna-se necessária a criação de políticas que garantam a permanência dos alunos na escola, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas pelos alunos oriundos das camadas sociais mais pauperizadas e que apresentam dificuldades devido a sua condição econômica para prosseguir na sua vida escolar com sucesso.

## 2 - O CEFET-BA

A história do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA inicia-se em 23 de setembro de 1909, com o Decreto Federal nº 7.566, que criou uma escola de ensino profissional em cada capital do país. Segundo Fonseca (1986), a Escola de Aprendizes Artífices da Bahia foi inaugurada em 02 de junho de 1910, no edifício do Centro Operário. Inicialmente oferecendo cursos nas oficinas de alfaiataria, encadernação, ferraria, sapataria e marcenaria e com uma matrícula de 40 alunos.

Segundo Barreto (2006, p. 01),

As escolas profissionais eram dirigidas aos filhos dos trabalhadores que deveriam seguir a profissão dos pais. O objetivo era educar as crianças e jovens do meio fabril com base na ordem, na disciplina, na devoção ao trabalho e cultivar o elevado espírito patriótico.

Os propósitos das escolas profissionais acima explícitos demonstram que os destinatários eram as classes proletárias, também é visível o caráter disciplinador das escolas, bem como a preocupação em formar cidadãos patrióticos. Ou seja, o governo instituiu estas escolas também com a finalidade de tirar as classes menos favorecidas da ociosidade e formar cidadãos úteis ao Estado.

Conforme o referido Decreto, as escolas deveriam ministrar cursos profissionalizantes de acordo com as necessidades de cada região. Deveriam, portanto, propiciar a formação de ofícios que fossem mais convenientes e necessários ao desenvolvimento de cada região e segundo Ferreira *apud* Lessa (2002, p. 11) trata-se de “fato que se constitui num dos marcos iniciais da política de intervenção estatal na formação da força de trabalho no Brasil”.

Para Pinho (1989) naquela época as atividades industriais na Bahia eram precárias, com isso, os cursos profissionalizantes tinham um caráter industrial doméstico, ou seja, os cursos oferecidos estavam relacionados às atividades manufatureiras artesanais da região. Os alunos da escola inaugurada eram de classes populares, os deserdados, logo, a instituição em sua origem, tinha um caráter assistencialista, ao que o referido autor chama de “*a escola do mingau*”.

Em 1926, a escola foi transferida para o local atual, passando a oferecer oficinas de tipografia, pautação, encadernação e fototécnica, na Seção de Artes Gráficas; oficinas de marcenaria, carpintaria e vimaria, na Seção de Trabalhos de Madeira; oficinas de mecânica, fundição e serralheria, na Seção de Trabalhos de Metais; além das oficinas de sapataria, artes decorativas e alfaiataria. Contudo, existiam critérios para habilitar-se a uma vaga nestes cursos,

Os alunos visados eram a “infância desvalida”, conforme o texto do decreto de criação, e os “desfavorecidos da fortuna”, segundo a Consolidação de 1926. Os requisitos de admissão eram os seguintes: sexo masculino; idade de 10 anos no mínimo e de 16, no máximo; não sofrer de moléstia infecto-contagiosa; não ser portador de defeito físico que inabilitasse para o aprendizado do ofício. (CUNHA, 2000, p. 06).

Observa-se com isso, que neste período o ensino de ofícios manuais tinha a finalidade de atender às classes populares, bem como aos órfãos, figurando mais como um programa assistencial aos menos desfavorecidos economicamente, do que um programa educacional. Outro fator é o aspecto excludente da escola, pois a seleção levava em conta o gênero e condições físicas dos alunos.

Contudo, segundo Cunha (2000) eram muito altos os índices de evasão dos alunos, que deixavam as escolas tão logo adquiriam noções da prática de um ofício. A diminuição da evasão só ocorreu com a industrialização das escolas de aprendizes artífices, junto com a introdução da merenda escolar, uma vez que o público dessas escolas era predominantemente de meninos de classes pobres e/ou abandonados.

Em 1937, a Escola de Aprendizes de Artífices passou a chamar-se Liceu Industrial de Salvador. Mudou novamente a denominação em 1942, para Escola Técnica de Salvador. Nesse período, segundo ETFBA *apud* Lessa (2002), a instituição sofreu as primeiras mudanças no âmbito acadêmico, com a implantação dos primeiros cursos técnicos: Curso de Desenho de Arquitetura, Desenho de Máquinas e o Curso de Eletrotécnica. O referido autor acrescenta que, estas mudanças se articularam com as transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas no Brasil pós década de 1930.

Segundo o citado autor, a reforma do ensino industrial ocorrida em 1959, por força da Lei nº 3.552 (Reforma do Ensino Industrial), transformou as Escolas Técnicas em autarquias educacionais, obtendo estas, certo grau de autonomia administrativa, financeira e didática. Em 1965, a instituição mudou outra vez de nome, com a Lei nº

4.759/65, que dispunha no art. 1º que “as Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediada nas capitais dos Estados, serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado” (LESSA, 2002, p. 36), passando com isso a ser chamada Escola Técnica Federal da Bahia - ETFBA.

O referido autor ainda afirma que, a década de 1970 é marcada por grandes transformações no cenário industrial da Bahia, nesta época surgia o Centro Industrial de Aratu – CIA e o Pólo Petroquímico de Camaçari, entre outros. Segundo o mesmo, neste cenário a ETFBA passa por grandes mudanças na sua estrutura organizacional, administrativa e acadêmica, onde a escola passa a se envolver diretamente no desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias dos processos produtivos e a ter melhor compreensão dos perfis e tendências do mercado de trabalho. Observa-se com isso um aspecto marcante da instituição, o de estar sempre se adequando as demandas do mercado de trabalho do estado.

Com a Reforma Universitária de 1976, e o desenvolvimento tecnológico da época, foi criado no município de Camaçari - Bahia, o Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC, Lei 6.344/76, com a finalidade específica de ministrar cursos de formação tecnológica,

A implantação do primeiro Centro na Bahia corresponde, conforme inclusive os documentos oficiais, a uma resposta aos impulsos desenvolvimentistas da região, com a instauração dos ‘pólos industriais’, ou seja, ao setor capitalista industrial da Bahia. A instalação do CENTEC reflete ‘a importância de que reveste o Pólo Petroquímico do Nordeste para o desenvolvimento do país’. Expressa a preocupação de que o sistema educacional se estruture de forma e condições a atender o foco dinâmico tipicamente capitalista da economia baiana. (CENTEC *apud* LESSA, 2002, p. 57).

Este texto é claro ao mostrar que o desenvolvimento econômico depende em parte da educação, ou seja, da formação de mão-de-obra qualificada. Nesta perspectiva, a rigor, a estrutura do sistema educacional está correlacionada ao sistema sócio-econômico e político vigente em cada momento histórico e as necessidades de cada região.

Somente em 1993, com Lei nº 8.711/93 foi que surgiu o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA, como resultado da fusão da Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA, com o Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC. De acordo com o Regimento Interno do Centro Federal de Educação

Tecnológica da Bahia (1996), em seu capítulo I, salienta que o CEFET-BA

É uma autarquia detentora de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto e integrante do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, instituída pela Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e tem sua organização e funcionamento disciplinada pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 1.652, de 28 de setembro de 1995 e por este regimento.

Conforme o referido Regimento, o CEFET-BA possui características marcantes em nosso estado, por ser uma instituição que oferece, numa única entidade, educação tecnológica profissional em todos os níveis. Outra particularidade, segundo o mesmo, é que possui uma estrutura *multicampi*, com unidades de ensino em diversas regiões estratégicas do Estado da Bahia: a sede em Salvador, e as Unidades de Ensino Descentralizadas, conhecidas como UNEDs. Atualmente com unidades nas cidades de Barreiras, Camaçari, Eunápolis, Santo Amaro, Porto Seguro, Simões Filho, Valença e Vitória da Conquista.

## **2.1 - Estrutura Acadêmica**

Com a implementação da LDBEN/96, ocorreu uma grande transformação na estrutura acadêmica do CEFET-BA, instituindo mudanças no sistema organizacional da educação tecnológica profissional. Em 1999, foram implantados os cursos superiores de Engenharia Industrial Elétrica, Engenharia Industrial Mecânica e o Bacharelado em Administração-Habilitação em Administração Hoteleira. Em 2005, foi a vez das UNEDs com a criação do curso de Licenciatura em Matemática em Eunápolis e, em 2006, a implantação do curso de Engenharia Elétrica na cidade de Vitória da Conquista.

De acordo com a LDBEN/96 e o Decreto Federal nº 2.208/97, o ensino no CEFET-BA tornou-se caracterizado pela sua verticalização, pela oferta de cursos nos níveis de Educação Básica, de Educação Profissional e de Educação Superior, apesar do Decreto nº 5.154/2004, que redefiniu a educação profissional, criando o Ensino Médio na Modalidade Integrada resultando na extinção do ensino médio nas instituições de ensino federal. E assim como quando foi criada a escola voltou a ser uma instituição de caráter unicamente profissionalizante. A distribuição dos cursos no CEFET-BA se dá de acordo com as modalidades de ensino:

1 – Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade Integrada, com duração de 04 anos, para aqueles que tenham concluído o Ensino Fundamental, ofertando cursos de: Eletrotécnica, Eletrônica, Automação e Controle Industrial, Manutenção Mecânica, Operação de Processos Industriais Químicos, Análise Química, Geologia, Hospedagem, Refrigeração, Edificações;

2 – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, cujos cursos têm duração de 03 anos e o aluno deve ter idade mínima de 18 anos e ter concluído o Ensino Fundamental e oferece curso de: Infra-estrutura Urbana;

3 – Educação Profissional Técnica de Nível Médio Modalidade Subseqüente, com duração de 02 anos, neste caso o candidato deve ter concluído o Ensino Médio, com os cursos de: Eletrotécnica, Instalação e Manutenção Mecânica, Automação e Controle Industrial, Manutenção Mecânica Industrial, Operação de Processos Industriais Químicos;

4 - Graduação Tecnológica, com duração de 02 anos, para candidatos que concluíram o Ensino Médio, ofertando cursos de: Tecnologia em Radiologia e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas;

5 – Graduação, com duração de 04 anos, para candidatos que concluíram o Ensino Médio e oferece cursos em: Engenharia Industrial Mecânica, Engenharia Industrial Elétrica, Engenharia Química e Administração.

## **2.2 - O alunado e sua origem sócio-econômica**

De acordo com dados do Relatório de Gestão do CEFET-BA 2007, somente no referido ano foram matriculados 7.521 alunos, sendo que com a Política de Cotas implantada através da Resolução nº 10 de 1º de junho de 2006, do Conselho Diretor, 50% das vagas oferecidas para os diversos cursos são reservadas para alunos provenientes de escola pública, afro-descendentes, índios e índios descendentes. Com essa decisão a instituição parece retornar a sua origem, como escola destinada às classes pobres, aos grupos menos favorecidos, ao contrário do que vinha acontecendo, quando devido à imagem de uma instituição gratuita e de qualidade no ensino oferecido, passou a ser procurada pelas famílias de classe média. Além disso, devido ao alto nível de exigência em seu



processo seletivo os candidatos oriundos de escolas públicas não vinham conseguindo disputar as vagas da escola em condições de igualdade com aqueles que cursaram o ensino fundamental em escolas privadas.

Segundo o Relatório de Gestão de 2007, com a implantação das novas unidades de ensino distribuídas pelo estado da Bahia, o número de vagas disponíveis, cresceu assim como a oportunidade de acesso dos jovens a um ensino profissionalizante gratuito. Entre 2005 e 2007, o crescimento de matrícula nos cursos, considerando todos os *campi*, é, aproximadamente, de 50%.

A tabela a seguir demonstra a expansão de vagas ocorridas entre os diversos *campi* onde se localizam as unidades do CEFET-BA.

Tabela 1 – Número de Discentes por Campus

<b>Campus</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Salvador	3.510	3.665	4.002
Simões Filho	243	452	750
Barreiras	521	551	665
Eunápolis	355	456	478
Valença	262	404	396
Vitória da Conquista	468	593	754
Santo Amaro	0	156	476
<b>Total</b>	<b>5.359</b>	<b>6.277</b>	<b>7.521</b>

FONTE: GRA 2º Grau e 3º Grau/UEs  
Dados referentes ao primeiro semestre letivo.

Observa-se, também, que mais da metade das matrículas situam-se na sede da instituição em Salvador.

O Relatório de Gestão do CEFET-BA 2007 aponta também, que o percentual de aprovação entre os alunos matriculados naquele ano foi de 61,2% do total, implicando numa reprovação da ordem de 39,8%.

Visando enfrentar esta significativa retenção, segundo o referido relatório, o CEFET-BA vem assumindo ações no intuito de sanar este problema, com a busca por aumentar a auto-estima dos alunos, reforço escolar do Ensino Fundamental, horário para atendimento dos professores nas disciplinas em que os alunos apresentam dificuldades,

etc. Essas ações, na perspectiva da direção do Centro visaria a garantia de um direito constitucional, que é a “*igualdade de condições para o acesso e permanência na escola*” para aqueles que não disponham de condições sócio-econômicas e/ou que não tiveram um preparo intelectual satisfatório no nível anterior de ensino.

Segundo o Relatório Social de 2008 do CEFET – BA, com a implantação do sistema de cotas para alunos egressos de escolas públicas, desde 2007, a tendência é do acesso de um número cada vez maior de alunos de baixa renda. O que já foi constatado em 2007, com um aumento significativo no número de inscritos para participar do programa de assistência estudantil da instituição.

Conforme o mesmo, com o objetivo de sistematizar um perfil sócio-econômico destes estudantes, foram realizadas em 2008 aproximadamente 280 visitas domiciliares a estes alunos, pelos profissionais do Serviço Social. O referido relatório produzido, traz relatos sobre alguns desses alunos e percebe-se que em sua maioria são moradores de bairros periféricos, em residência com mais de 05 membros, sobrevivendo com uma renda média de 01 salário mínimo. Esta situação é assim referida no citado Relatório;

A situação sócio-econômica de alguns alunos chega a extrapolar a linha da pobreza, caracterizando um estado de miserabilidade. Isso acaba provocando a evasão escolar. [...]. Algumas vezes o estudante é reprovado por questões de saúde, e em outras, até mesmo por sua família não ter como suprir uma das suas necessidades básicas que é a alimentação. (Relatório Social do CEFET-BA, 2008).

Observa-se com isso que é indispensável um programa de assistência estudantil que garanta não somente o acesso, como também a permanência dos alunos de baixa renda no CEFET-BA. A assistência proporcionada a estes alunos, não somente possibilita o acesso a uma educação pública de qualidade, como também a continuidade de seus estudos e a oportunidade de melhoria futura, expectativa que é relatada por muitos alunos ao ingressarem na instituição.

### 3 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CEFET-BA

Desde a origem da educação profissional no país, que é perceptível a preocupação em assistir aos alunos menos favorecidos. Na época da Escola de Aprendizes Artífices da Bahia, esta tornou-se apelidada como a “Escola do Mingau”, o que segundo Lessa (2002, p.16) ocorreu “devido à escola servir alimentação, geralmente na forma de mingau, que garantia a sobrevivência imediata dos seus alunos, deserdados da sorte, modo como eram mencionados nos discursos oficiais”. E como já foi citado era uma forma também de conter a evasão de alunos da escola.

Entre os anos de 1927 e 1930, as instalações físicas da escola foram ampliadas e com isso, construído o refeitório e o futuro internato da instituição, tendo sempre como público-alvo os menos favorecidos, excluídos do mercado de trabalho. Segundo Medeiros,

De um modo geral, o período entre a criação da Escola de Aprendizes Artífices, até o ano de 1940, caracteriza-se por uma fase em que esse segmento institucional de ensino representa a redenção dos males sociais. Sua missão estava centrada na preparação profissional dos excluídos, dos desvalidos e operários artífices (MEDEIROS *apud* LESSA, 2002, p. 13).

Percorrendo-se algumas Atas de reuniões dos conselhos existentes no CEFET-BA, relativos a década de 70 do século passado, observa-se a permanência da preocupação com o bem-estar dos alunos da instituição verificando que esta ação não se restringe à época da Escola de Aprendizes Artífices, ou seja, mesmo após significativas transformações de ordem organizacional, administrativa e acadêmica a instituição continuou a implementar práticas que contribuíssem para permanência dos educandos na mesma. Um exemplo disso está na Ata da Octogésima Terceira Reunião do Conselho de Professores da Escola Técnica Federal da Bahia - ETFBA, datada de 27 de agosto de 1971, quando foi aprovado um convênio com Programa Especial de Bolsas de Estudos – PEBE para disponibilização de bolsas de estudos para os alunos da instituição. Segundo a Ata, Décima Terceira Sessão Ordinária do Conselho de Representantes da Escola Técnica Federal da Bahia, de 29 de novembro de 1974, com base na Resolução nº 15/74 – CR, que trata do Programa Especial de Bolsas de Trabalho do MEC/DAE, a partir de um convênio passaram a serem oferecidas bolsas-trabalho para os alunos devidamente matriculados na ETFBA. Esta modalidade de bolsa, diferentemente da

anterior, já vinculava trabalho e estudo. Contudo, o referido texto não faz nenhuma referência a critérios de seleção para ter acesso a estas bolsas. Também eram disponibilizados fardamento e jalecos para os alunos que não tivessem condições financeiras para obter estes materiais.

Outro benefício para os alunos é pontuado na Quinquagésima Terceira Reunião da Diretoria da ETFBA com os chefes dos órgãos de direção superior, datada de 19 de maio de 1981, quando foi implantada a merenda escolar na instituição, nesta mesma reunião foi discutida a forma de distribuição das bolsas-trabalho, mas na mesma não ficam os critérios para beneficiar-se das mesmas. Segundo declaração da atual Assistente Social do CEFET-BA, em entrevista, não existiam critérios de seleção para que os estudantes tivessem acesso a estes benefícios. As bolsas-trabalho eram distribuídas de acordo com a indicação do aluno por um funcionário da instituição. Esta modalidade de auxílio financeiro durou até início dos anos 2000.

### **3.1 - A sistematização do auxílio financeiro**

Em 2003, de acordo com o Manual dos Programas Bolsa de Trabalho e Auxílio Financeiro, deste mesmo ano, já era utilizada uma forma de assistência estudantil mais sistematizada, através dos programas citados acima, destinados aos alunos de baixa renda devidamente matriculados nos cursos e que desejassem participar dos mesmos.

Conforme o referido manual, esta versão dos programas foi o resultado do esforço conjunto da comunidade docente e discente da instituição para que o acesso aos recursos financeiros destinados aos auxílios assistenciais fosse “primordialmente, para alunos de baixa renda e devidamente matriculados no CEFET-BA” (BRASIL, 2000) para que os programas pudessem ser o mais abrangente possível. Desta forma, os referidos programas tornavam-se destinados aos alunos de baixa renda interessados em obter apoio financeiro para seus estudos.

Os Programas Bolsa de Trabalho e Auxílio Financeiro eram financiados com recursos próprios do CEFET-BA e foram estabelecidos critérios para seleção dos alunos que poderiam ser beneficiados. Pela Bolsa Trabalho o aluno selecionado receberia uma bolsa trabalho mensal de 25% (vinte por cento) do salário mínimo. E para tanto, de acordo com o já citado Manual, o bolsista deveria preencher cumulativamente os

seguintes requisitos:

- Estar regulamentemente matriculado em um dos cursos da instituição;
- Ser comprovadamente de baixa renda e não ter condições para custear seus estudos;
- Estar com seu rendimento escolar satisfatório, ou seja, na média - global mínima;
- Não ser repetente;
- Entre outros.

O aluno beneficiado com a Bolsa Trabalho não podia acumular qualquer outra atividade remunerada em qualquer outro programa/projeto, inclusive no Programa Auxílio Financeiro. O programa era acompanhado e controlado através de visitas ao setor de estágio pelo aluno e de relatórios do chefe ao qual o aluno bolsista estaria subordinado.

Segundo o referido Manual, o Programa de Auxílio Financeiro tinha os mesmos critérios de seleção, entretanto o bolsista ou beneficiado teria direito a um benefício anual de até 1 (um) salário mínimo, destinado a:

- Aquisição de material escolar;
- Representar a instituição em jogos, seminários e outros eventos;
- Aquisição de medicamentos, óculos e outros materiais que beneficiassem a vida escolar do aluno.

Observa-se com isso, que nos Programas Bolsa de Trabalho e Auxílio Financeiro era mantida a intenção de atendimento voltada para os alunos de baixa renda, com o intuito de garantir sua permanência na instituição.

Conforme a Resolução Nº 05 do Conselho Diretor, de 08 de abril de 2003, no decorrer deste mesmo ano, foram realizados estudos voltados para o aperfeiçoamento desses programas. Em 2004, os programas foram fundidos para dar origem ao Programa de Assistência ao Educando – PAE.

### **3.2 - A Assistência Estudantil na atualidade**

Segundo OLIVEN (2007), o Brasil vive atualmente um período de afirmação das políticas públicas necessárias à universalização de direitos sociais fundamentais como o trabalho, a moradia, a assistência aos desamparados, à saúde e a educação. Direitos estes que estão expressos no artigo 6º Carta Constitucional de 1988 na forma já mencionada.

Com isso, a expansão do acesso à educação possibilitou que pessoas que até então não

tinham condições de custear seus estudos pudessem ingressar no ambiente escolar. Contudo, o mero acesso não é suficiente, faz-se necessário garantir a permanência destes alunos nas escolas, e isto seguramente poderia vir a ser obtido por intermédio de políticas públicas voltadas para a assistência estudantil para o aluno que não dispunham de meios para custear seus estudos, devido às condições sócio-econômicas, com as quais convivem.

Nesta perspectiva, os debates em torno da assistência estudantil tomaram maior impulso no início dos anos 2000. Mas, estas discussões e ações têm estado mais presentes na educação superior e por isto o Ministério da Educação instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, a qual traz em sua introdução, a importância dada à assistência estudantil no ensino superior, ao considerar

[...] a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal. (PNAES, 2007, p. 01).

Esta preocupação torna-se mais expressa no artigo 3º, parágrafo 1º desta mesma Portaria, ao estabelecer que

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (PNAES, 2007, p. 01).

Observa-se na referida Portaria a preocupação em garantir o acesso e permanência de alunos de baixa renda no ensino superior público e federal. No entanto, observa-se que até o momento não existe nenhum programa de caráter nacional destinado à educação básica. As ações existentes relacionadas à assistência estudantil neste nível de ensino são pontuais, e de cada estabelecimento de ensino em particular como exemplo aquelas realizadas no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA.

A necessidade de a escola ter de assistir socialmente seus alunos se deve em muitos casos, ao fato de que as transformações de ordem social, econômica, política, cultural e tecnológica, ocorridas na sociedade contemporânea, com o advento das novas organizações quer do trabalho, da revolução na área de reprodução humana, das mudanças de hábitos e valores, entre outras, influenciaram também as organizações

familiares. Segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAES (2004), essas mudanças podem ser observadas pelo, por exemplo, enxugamento das famílias que se encontram cada vez menores e, também, pela variedade de arranjos, como, famílias monoparentais, reconstituídas, etc. Tudo isto convivendo com processos de empobrecimento acelerado e desterritorialização das famílias gerada pelos movimentos migratórios.

Essas transformações provocaram um processo de fragilização nos vínculos familiares e tornaram as famílias mais vulneráveis estruturalmente. Como afirma a Política Nacional de Assistência Social – PNAES, ao assegurar que

A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. (PNAES, 2004, p. 45).

Segundo a mesma, nesta perspectiva de garantir a continuidade dos estudos dos alunos provenientes de famílias menos favorecidas e que conseqüentemente possuem maior grau de vulnerabilidade, é imprescindível a intervenção da escola, tendo em vista que a educação é um direito garantido constitucionalmente, conforme artigo do Conselho Federal de Serviço Social, intitulado Serviço Social da Educação (2001),

O direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na Escola tem sido garantido reiteradamente nos aportes legais. Porém, esses direitos precisam ser perseguidos por todos os profissionais que trabalham em educação. Os altos níveis de pobreza e miséria que atingem a população brasileira se expressam dentro do processo educacional. O baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar, tem sido visíveis dentro dos espaços educacionais. O enfrentamento destes problemas constitui-se no grande desafio do sistema de ensino público brasileiro, pois se é responsabilidade e dever do Estado prover a educação pública, garantindo o acesso e a permanência do aluno na Escola, conseqüentemente faz parte de sua competência dotar o sistema da infra-estrutura necessária para que seja assegurada a efetivação deste direito. (CFSS, 2001).

Na perspectiva desta assistência, o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA, após o ingresso dos alunos em seus respectivos cursos, conta com uma equipe para diagnosticar as necessidades sócio-econômicas dos alunos e realizar ações assistenciais para garantir a permanência dos mesmos na instituição.

Para tanto mantém uma Gerência de Assistência e Orientação ao Aluno –GAOA e a Coordenação Técnico Social – COTESS, que são responsáveis, dentre outras

finalidades, pelo atendimento às necessidades apresentadas pelos alunos, contando com uma equipe multidisciplinar de pedagogas e assistentes sociais.

Conforme o Regimento Interno (1996), a instituição oferece também, a seus estudantes assistência ambulatorial (médio-odontológica), atendimento aos estudantes portadores de necessidades educacionais especiais, apoio psicológico, bolsa estágio, auxílio financeiro e isenção de taxas para alunos egressos de escolas públicas.

No que se refere especificamente à assistência estudantil, os citados setores vêm realizando ações específicas, mas nem sempre suficientes, visto que com a implantação das cotas na instituição no ano de 2006, de acordo com a Resolução nº 10, de 1º de junho de 2006, do Conselho Diretor, aumentou significativamente o número de alunos de baixa renda e conseqüentemente também a demanda por assistência estudantil na escola. Para tanto existem programas e projetos com a finalidade de contribuir para a permanência destes alunos no CEFET-BA.

O primeiro é o Programa de Assistência ao Educando – PAE, elaborado pela própria instituição e que desde 2004 vem assistindo aos alunos provenientes de famílias de baixa renda egressos de escolas públicas, devidamente matriculados na escola.

O segundo é uma parceria com a Fundação Clemente Mariani, em convênio firmado em 2007 entre o CEFET-BA e esta Fundação, para execução de dois projetos, tendo com público-alvo também os alunos oriundos de famílias de baixa renda e egressos de escolas públicas.

Contudo, apesar de terem o foco no mesmo público o programa e os projetos possuem singularidades que serão discutidas no decorrer deste trabalho.

### **3.2.1 - O Programa de Assistência ao Educando - PAE**

A nova fase da assistência estudantil no CEFET-BA teve início em 2004 com a elaboração das Normas do Programa de Assistência ao Educando – PAE, que surgiu a partir da reedição de um programa já existente, o “*Programa Bolsa de Trabalho e Auxílio Financeiro*”. Para tanto foi constituída uma comissão, a partir da Resolução nº 05 do Conselho Diretor, de 08 de abril de 2003, que realizou estudos para transformar o programa existente em um *Programa Auxílio Bolsa para Incentivo à Prática*



*Profissional.*

Em verdade, o Programa de Assistência ao Educando – PAE começou a ganhar o formato atual no decorrer do ano de 2003, através de estudos e debates realizados pelo Conselho Diretor do CEFET-BA que findou com a aprovação das Normas do Programa de Assistência ao Educando – PAE, de acordo com Resolução nº 21 do Conselho Diretor, de 22 de dezembro de 2003. O programa foi reeditado em 2006 por meio da Resolução nº 09 do Conselho Diretor, de 31 de maio de 2006, que em seu capítulo I, artigo 2º de suas normas é definido enquanto programa, da seguinte forma,

O Programa de Assistência ao Educando – PAE – engloba a concessão de Auxílio Financeiro e Bolsas de Estágio a alunos de comprovada carência sócio-econômica, devidamente matriculados no CEFET-BA, vinculados ao Ensino Médio ou aos cursos profissionalizantes de nível Técnico e Superior, como também aos da Educação para Jovens e Adultos.

(Normas do Programa de Assistência ao Educando, 2006, p. 01).

Conforme entrevista realizada com a assistente social do Centro, principal responsável pela seleção dos bolsistas do PAE, o programa surgiu para atender aos alunos de baixa renda que precisavam de uma assistência que lhes possibilitasse dar continuidade a seus estudos. Segundo a entrevistada, a LDBEN 9.394/96 impõe ao Estado o dever de prover a permanência do aluno na escola e o PAE se inspira nesta perspectiva de garantir a permanência dos alunos de baixa renda em seus estudos.

O Programa de Assistência ao Educando – PAE tem como objetivos, de acordo com as normas que o regem, em seu capítulo II, artigo 3º (2006, p. 01):

I- Possibilitar, mediante recursos próprios do CEFET-BA, a concessão de Bolsas Estágio a alunos de comprovada carência sócio-econômica devidamente matriculados nesta instituição, visando o incentivo aos estudos e à pesquisa;

II- Incentivar a participação dos alunos em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem, através do engajamento em Projetos de Incentivo à Aprendizagem;

III- Proporcionar, ao aluno bolsista, atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e da pesquisa;

IV- Fornecer, mediante comprovação prévia de carência sócio-econômica por parte do aluno, e após ser selecionado dentre os demais classificados, Auxílio Financeiro eventual para a aquisição de materiais escolares e serviços que possibilitem ao mesmo efetiva execução de suas atividades acadêmicas.

Em síntese, observa-se que o objetivo principal do PAE é garantir a permanência dos

alunos de comprovada carência sócio-econômica. Nota-se, que houve um avanço no que se refere à distribuição de bolsas auxílio ao introduzir-se no programa além da preparação para o mercado de trabalho, também o incentivo para o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para a pesquisa, atitude até então não assumida pela instituição, nas ações assistenciais anteriores.

O número de alunos bolsistas selecionados anualmente varia, pois depende dos recursos destinados pela instituição, uma vez que o PAE é mantido com recursos próprios do CEFET-BA, como está expresso no capítulo III, artigos 4º e 5º das Normas do Programa de Assistência ao Educando – PAE (2006, p. 02),

Art. 4º O recurso financeiro destinado ao atendimento do Programa fica limitado ao montante do crédito orçamentário previsto no Elemento de Despesa nº 339018.

Parágrafo Único O montante destinado ao Auxílio Financeiro não poderá exceder a 10% (dez por cento) do destinado ao Programa de Assistência ao Educando.

Art. 5º A concessão e o número de vagas anuais estão vinculados aos recursos financeiros destinados ao Programa de Assistência ao Educando.

A fonte destes recursos situa-se nas taxas de matrículas e de inscrições nos processos seletivos da instituição. Vale mencionar que tal disponibilidade decorre do tipo da instituição, uma autarquia federal, sendo assim, dispõe de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar, podendo, portanto, optar pelo uso de parte de seus recursos financeiros em assistência estudantil.

O PAE está dividido em duas modalidades: a primeira se sub-divide em isenção de taxas acadêmicas, auxílio financeiro e auxílio intercâmbio e a segunda modalidade é a bolsa estágio, que segundo a mencionada entrevistada, “*é o carro chefe do programa*”. Na isenção de taxas estão inclusos: o não pagamento da inscrição para o processo seletivo e também da matrícula. O auxílio financeiro é destinado para aqueles alunos que comprovadamente não possuem renda suficiente para adquirir o material que beneficie a vida escolar do mesmo, tais como: material escolar, medicamentos, fardamento e outros. E auxílio intercâmbio, destinados a alunos que irá representar a instituição em jogos, seminários e outros eventos. A segunda modalidade, e de maior demanda, é a bolsa estágio, na qual o aluno se inscreve em um dos Projetos de Incentivo a Aprendizagem – PINA, que são elaborados pelos setores, coordenações e

departamentos da instituição, com o objetivo de incentivar a prática profissional dos alunos e sua inserção no mundo do trabalho.

O artigo 6º das normas do Programa (2006, p. 02) traz que os projetos do PINA “deverão ser elaborados em consonância com os objetivos do Programa de Assistência ao Educando estabelecidos nos incisos I a IV do art. 3º do Capítulo II destas Normas”.

De acordo com a referida Assistente entrevistada, as inscrições pelos candidatos à assistência estudantil começam na primeira semana de aulas de cada ano e se estendem por um mês. Ao finalizar as inscrições é feita uma triagem onde são selecionados os alunos que comprovaram ser de baixa renda, através da documentação definida pelas normas do programa e em entrevistas feitas com os mesmos. Caso necessário, são realizadas visitas domiciliares pelos profissionais do Serviço Social da instituição, para que seja comprovada a veracidade da documentação do aluno. Estes critérios estão dispostos no capítulo V, artigos de 11 a 13 das normas do Programa de Assistência ao Educando – PAE (2006, p. 03),

Art. 11. No período estabelecido no Calendário Acadêmico do Ensino Médio, Técnico e Superior, como também dos da educação para Jovens e Adultos, após ampla divulgação, serão abertas as inscrições para a detecção e posterior seleção dos alunos de baixa renda do CEFET-BA, onde este processo será executado por Assistente Social o qual fará um levantamento sócio-econômico dos alunos inscritos;

Art. 12. Para candidatar-se à condição de aluno de baixa renda o mesmo deverá:

I - estar regularmente matriculado no CEFET-BA;

II - preencher, na COTESS OU DEPENS, formulário de inscrição e ficha sócio-econômica;

III - agendar com o Serviço Social, entrevista. Neste momento, por meio de uma pré-entrevista, o Serviço Social definirá os documentos comprobatórios da realidade sócio-econômica do aluno.

Art. 13. Se o Assistente Social, após entrevista, detectar a necessidade de aprofundar o estudo de caso para melhor fundamentar o seu parecer técnico – social, poderá utilizar outras técnicas, a exemplo de Visita Domiciliar, a fim de conhecer a realidade sócio-econômica do aluno, respeitados os aspectos éticos pertinentes ao sigilo profissional.

Segundo ainda a entrevistada, o perfil sócio-econômico desses alunos chega às vezes a ultrapassar a linha da pobreza. Diversos deles originam-se de famílias desempregadas, com única renda o Programa Bolsa-Família. Então a seleção dos candidatos para beneficiar-se de uma das modalidades do PAE, inicialmente leva em conta a necessidades sócio-econômica dos mesmos, dando prioridade a aqueles que possuem

maior necessidade sócio-econômica para concessão do direito a bolsa estágio, em seguida auxílio financeiro e por fim isenção de taxas acadêmicas.

A *priori*, na seleção dos alunos para o PAE é na modalidade bolsa estágio, que é vinculada aos Projetos de Incentivo à Aprendizagem, e é a que possui maior demanda. Contudo, segundo ainda a entrevistada, após ser feita uma análise do perfil sócio-econômico dos alunos inscritos, a seleção é realizada de acordo com o perfil desejado para o Projeto de Incentivo à Aprendizagem – PINA, pois mesmo que o aluno não possua a menor renda, poderá ser selecionado se for o único a possuir o perfil exigido pelo projeto. Caso dentre todos os alunos não exista nenhum aluno habilitado para tal, o projeto é cancelado.

Existem também outros critérios para que estes alunos sejam selecionados para Programa de Assistência ao Educando – PAE, na modalidade bolsa de estágio, que estão explicitados nas Normas do Programa de Assistência ao Educando (2006), como a não participação do aluno em outros programas ou projetos remunerados que sejam realizados no CEFET-BA, com exceção do auxílio financeiro e também, não ser repetente.

Como já foi explicitada, a concessão das bolsas estágio está vinculada às disponibilidades de recursos financeiros para este fim, bem como a existência de Projetos de Incentivo à Aprendizagem, aprovados na instituição, uma vez que, como já foi mencionado, os projetos devem ser elaborados de acordo com os objetivos do PAE.

No que se refere ao tempo de duração do estágio, de acordo com as normas do referido programa no capítulo VI, artigo 18 (2006, p. 04),

Art. 18. As bolsas terão a duração conforme cronograma de cada Projeto de Incentivo à Aprendizagem, não podendo exceder ao período de um ano letivo.

Parágrafo Único. As bolsas poderão ser renovadas, se não houver outros candidatos classificados para o Projeto em questão.

A avaliação do programa nessa modalidade, segundo a entrevistada, é realizada através de um relatório mensal elaborado pelos orientadores e/ou coordenadores dos Projetos de Incentivo à Aprendizagem, como também nas reuniões mensais dos alunos bolsistas realizados pelo Serviço Social do CEFET-BA, momento no qual, os alunos participam de palestras com temas relacionados com a preparação dos mesmos para o ingresso no

mundo do trabalho. A partir deste ano de 2008, começou a ser realizado também o acompanhamento pedagógico sistematizado e mensal destes alunos, quando também é feita uma avaliação do projeto em que o aluno está inserido. Este acompanhamento pedagógico é realizado pela Gerência de Assistência e Orientação ao Aluno – GAOA.

A outra modalidade de auxílio que integra o Programa de Assistência ao Educando – PAE compreende sub-modalidades como: isenção de taxas acadêmicas e auxílio financeiro ou intercâmbio. A isenção de taxas teve início em 2005, com a Resolução nº 19, de 21 de dezembro de 2005, do Conselho Diretor, que em seu artigo 1º resolve

Conceder a isenção de pagamento da taxa de inscrição do Exame de Seleção/Vestibular para os candidatos aos cursos do Ensino Médio, da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Superior, em cada Unidade de Ensino que compõe a Instituição CEFET-BA.

No entanto para que o aluno tenha direito a este benefício, ele deve comprovar ser egresso de escola pública. Com o seu ingresso na instituição o aluno selecionado pelo PAE, para esta modalidade terá também a isenção de taxas acadêmicas da instituição.

Outra forma de assistência estudantil nesta modalidade é o auxílio financeiro, que de acordo com as Normas do Programa, o aluno deve atender aos mesmos critérios estabelecidos na modalidade bolsa estágio. Entretanto, de acordo com o capítulo VII, artigo 22 (2006, p.05), a concessão deste benefício está condicionada “a não participação do aluno num Projeto de Incentivo à Aprendizagem”, como também, “é vedada a concessão, a um mesmo aluno, de mais de um Auxílio Financeiro no mesmo ano letivo”. Este benefício é destinado a: aquisição de material escolar, compra de medicamentos, óculos e outros materiais que beneficiem a vida escolar do aluno.

Por último, existe o auxílio intercâmbio, destinado a alunos de comprovada carência sócio-econômica que irá representar a instituição em jogos, seminários e outros eventos. Podendo com isso, o aluno participar dos mesmos, tendo suas despesas financiadas por meio desse benefício.

Observa-se com isso, que o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA vem buscando ações cada vez mais específicas com o objetivo de garantir não somente o acesso, mas também, a permanência dos alunos oriundos de famílias de baixa renda na instituição.

### 3.2.2 - A parceria com a Fundação Clemente Mariani - FCM

A Fundação Clemente Mariani – FCM é uma instituição privada mantida pelo grupo empresarial baiano BBM Participações, fundada em 1990, que segundo o Relatório Anual de 2002, esta tem como o objetivo “desenvolver e/ou apoiar ações relevantes para a promoção da democracia e da cidadania nas áreas cultural, educacional e social”. Em 1993, a fundação associou-se ao Grupo de Institutos e Fundações – GIFE e com isso conseguiu o registro no Conselho Nacional de Assistência Social. No ano de 1998 o governo do estado da Bahia a declarou instituição de utilidade pública, mesmo título dado pelo município de Salvador à fundação em 1999. Culminando em 2001, com a certificação de “*Entidade Filantrópica*” pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

A Fundação Clemente Mariani desenvolve muitas ações na área cultural, com isso em 1994 a referida instituição teve a iniciativa de criar o Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia – CEDIC-BA, este centro, segundo o referido relatório, tem como objetivo “reunir, organizar, catalogar, conservar e divulgar um acervo documental que contribua para a compreensão da história e da cultura baiana”.

Conforme o citado relatório, o CEDIC-BA conta com um acervo de cerca de 55.000 itens impressos (livros, folhetos, teses, periódicos), documentos textuais não impressos (manuscritos, originais de publicações, dados genealógicos) e registros iconográficos de autores baianos, publicados na Bahia ou sobre a Bahia. Neste mesmo espaço encontra-se também o Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, cuja biblioteca possui cerca de 13.000 exemplares e é especializada em, filosofia, pensamento político, sociologia e antropologia brasileiras.

De acordo com o mesmo relatório, na área educacional a Fundação Clemente Mariani tem um trabalho pioneiro devido a trabalhar pelo aprimoramento do ensino nas escolas municipais oferecendo propostas para ampliação e aprofundamento da formação inicial de estudantes de graduação, ou profissionais recém formados, através de mini-cursos, seminários e oficinas de língua portuguesa e inglesa. Segundo o Relatório Anual da FCM (2002, p. 33), esta formação dá-se por meio do “Programa de Formação de Pesquisadores em Educação” que pretende a médio e longo prazo, “contribuir para a formação de pesquisadores voltados para as questões educacionais, principalmente aquelas diretamente relacionadas com a educação pública básica”.

Segundo o mesmo relatório, em parceria com a UFBA, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, foi criado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Municipal – PRADEM, unindo a experiência da FCM junto aos municípios e experiência dos próprios municípios, ao conhecimento acadêmico e a tecnologia disponível na área educacional da Universidade. Formalmente, o PRADEM teve início em 2001 e constitui-se como importante referência no interior da Bahia e fora do estado, no que se trata do campo educacional nos municípios.

Através do PRADEM a Fundação Clemente Mariani desenvolve ações voltadas para a melhoria da qualidade da educação nos municípios, como afirma a referida fundação em seu relatório anual:

Criar possibilidades para que os municípios baianos possam contar com o apoio técnico no enfrentamento dos desafios impostos pelas novas políticas educacionais implementadas no Brasil, nos últimos anos, contribuindo, assim, para que ocorram as mudanças necessárias à construção de uma nova qualidade na educação que se desenvolve sob a gestão dos municípios. (Relatório Anual da FCM, 2002, p. 35).

O programa conta com a participação de outras instituições privadas e para gerir o programa foi criado o NAT – Núcleo de Apoio Técnico aos Municípios, e este tem como um de seus objetivos, “possibilitar a intermediação entre os municípios e as instituições que fomentam estudos e reflexão sobre as políticas públicas educacionais e que financiam programas/projetos de cunho educativo”. (Relatório Anual da FCM, 2002, p. 36).

No estado da Bahia vários municípios possuem convênio com a FCM, entre eles estão: Conceição de Almeida, Itaparica, Itaquara, São Miguel das Matas, Santo Antônio de Jesus, Ubaíra, entre outros. Em Salvador a Fundação, junto com a Prefeitura Municipal criou o projeto *Escolas em Movimento: Uma experiência de gestão compartilhada*. Este projeto tem por objetivo,

Estimular e apoiar a construção, em cada escola envolvida, de uma cultura de trabalho coletivo, através do exercício de uma gestão compartilhada, com vistas ao desenvolvimento de uma ação educativa que privilegia não só a aprendizagem do aluno, mas de todo o coletivo escolar (Relatório Anual da FCM, 2002, p. 37).

No ano de 2007, a FCM desenvolveu uma nova experiência, visando contribuir para que jovens egressos de escolas públicas ao ingressar no CEFET-BA concluíssem seus cursos e, posteriormente, pudessem vir a ingressar no curso superior. Com este objetivo surgiram naquele ano dois projetos da FCM em convênio com o CEFET-BA.

Os projetos, objeto da parceria, foram designados de *Projeto de Incentivo ao Ingresso de Estudantes do CEFET-BA no Ensino Superior*, e de *Projeto de Incentivo à Permanência de Estudantes de Famílias de Baixa-renda no CEFET-BA*. Para fazer parte de um desses projetos o aluno teria que ser oriundo de famílias de baixa renda e ter cursado instituição pública de ensino, no ensino fundamental.

O primeiro projeto é de Incentivo à Permanência de Estudantes de famílias de baixa-renda no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET-BA, tem por objetivo

Identificar, entre recém-aprovados no processo seletivo do CEFET-BA e estudantes do 2º ano, 22 estudantes academicamente motivados, oriundos de famílias cuja renda per capita não ultrapasse um salário mínimo e que tenham cursado o ensino fundamental em escolas públicas, para participarem de uma experiência formativa que associa o incentivo financeiro de uma bolsa mensal aos estímulos provenientes de acompanhamento pedagógico e participação em atividades científico - culturais. (Projeto de Incentivo à Permanência de Estudantes de Famílias de Baixa-Renda no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA, 2008, p. 01).

Entretanto, neste ano de 2008, está participando desse apenas 11 alunos. A seleção dos beneficiários obedeceria aos seguintes critérios previamente estabelecidos pela FCM:

- Aprovação no processo seletivo do CEFET-BA;
- Ter estudado em estabelecimento público pelo menos quatro anos;
- Ter renda familiar inferior a um salário mínimo *per capita*;
- Ter no máximo 18 anos;
- Não ter dependentes;
- Não ter vínculo empregatício.

A duração da bolsa é de 10 (dez) meses, e neste tempo o aluno-bolsista poderá contar com aulas de reforço escolar caso apresentem dificuldades em alguma disciplina, acompanhamento pedagógico, espaço na Fundação para estudos, consulta a biblioteca da FCM, uso de seus computadores e impressão de trabalhos acadêmicos, financiamento de atividades científico-culturais, e também uma bolsa-auxílio de meio salário mínimo.

A avaliação dos alunos bolsistas é realizada mensalmente através da análise dos relatórios apresentados pelos mesmos. E ao final do ano letivo realiza por meio de um seminário, uma avaliação geral do projeto.

O segundo, Projeto de Incentivo ao Ingresso de Estudantes do CEFET-BA no Ensino



Superior, tem como objetivo

Identificar, entre os estudantes do 3º ano do CEFET-BA, 10 estudantes academicamente motivados, oriundos de famílias cuja renda per capita não ultrapasse um salário mínimo e que tenham cursado o ensino fundamental em escolas públicas, para participarem de uma experiência formativa que associa o incentivo financeiro de uma bolsa mensal aos estímulos provenientes de acompanhamento pedagógico, aulas em cursinho pré-vestibular e participação em atividades científico – culturais. (Projeto de Incentivo ao Ingresso de Estudantes de Escolas Públicas no Ensino Superior, 2008, p. 01).

Para este projeto a FCM seleciona 10 (dez) estudantes do 3º ano do Ensino Médio, apenas da Modalidade Integrada devidamente matriculados no CEFET-BA em Salvador, que tenham cursado pelo menos 04 (quatro) anos do Ensino Fundamental em escolas públicas. Além de ter que preencher também os seguintes critérios de seleção:

- Ser aluno do 3º ano do CEFET-BA;
- Ter estudado em estabelecimento público pelo menos quatro anos;
- Ter renda familiar inferior a um salário mínimo per capita;
- Ter no máximo 20 anos;
- Não ter dependentes;
- Não ter vínculo empregatício.

Assim como o projeto de incentivo à permanência, este projeto também tem a duração de 10 (dez) meses, e neste período o bolsista se beneficia do espaço na FCM para estudos, consulta ao acervo da biblioteca da instituição, uso de computadores e impressão de trabalhos acadêmicos, acompanhamento pedagógico, orientação educacional e vocacional, financiamento de atividades científico-culturais, bolsa de estudos para realização de um cursinho pré-vestibular e, também, uma bolsa-auxílio de meio salário mínimo.

A avaliação do projeto e dos alunos bolsistas também é realizada mensalmente através da análise dos relatórios apresentados pelos mesmos. E ao final do ano letivo, por meio de um seminário, é realizada uma avaliação geral do projeto.

Segundo a assistente social do CEFET-BA, a seleção dos bolsistas, realizada pela FCM, *“é muito subjetiva, a seleção que eles fazem é mesmo daqueles alunos que tem perspectivas de futuro, que tem ‘garra’ para estudar e passar no vestibular”*.

Contudo, no início do ano letivo, quando são realizadas as inscrições para os alunos que queiram ter acesso à assistência estudantil no CEFET-BA, o serviço social realiza uma pré-seleção para que sejam encaminhados para a FCM apenas alunos de baixa

renda e que possuam o perfil desejado pela Fundação para serem beneficiados com seus projetos.

### **3.2.3 – Algumas comparações entre os programas**

Torna-se evidente que o CEFET-BA interessa-se pelo apoio aos alunos egressos de escolas e públicas e/ou de baixa renda para que permaneçam na instituição e para tanto, vem buscando ações específicas com o objetivo de evitar a evasão dos mesmos, bem como que estes alunos obtenham êxito em seus estudos.

Nesta perspectiva o CEFET-BA mantém duas formas diferenciadas de ação, ou seja, o Programa de Assistência ao Educando – PAE, com recursos próprios através do qual alguns alunos podem obter auxílio financeiro, isenção de taxas acadêmicas e bolsa de estágio e através dos projetos de incentivo a permanência e ingresso no ensino superior, neste caso, em convênio com a Fundação Clemente Mariani –FCM, através dos quais os alunos recebem uma bolsa auxílio no mesmo valor da bolsa estágio do PAE.

Nota-se que existem particularidades entre os meios de assistência estudantil no CEFET-BA. Enquanto por meio do Programa de Assistência ao Educando – PAE, na modalidade bolsa de estágio, os alunos estudam em um turno e estagiam no turno oposto em um dos projetos de incentivo a aprendizagem, os alunos bolsistas dos projetos em parceria com a Fundação Clemente Mariani –FCM somente estudam. Outras diferenças são: o fato de que para ser bolsista dos projetos da FCM o aluno deve estar matriculado na Modalidade Integrada, e tem acesso a estes projetos apenas os alunos matriculados no CEFET-BA de Salvador, enquanto que a seleção do PAE beneficia alunos de todas as modalidades de ensino existentes no Centro e também das Unidades Descentralizadas de Ensino – UNEDs. Outra diferença entre as ações, é que não existe idade estipulada para ser bolsista do PAE, enquanto que para os projetos em parceria com a FCM existe idade limite.

Entretanto, existem pontos de convergência entre as duas formas de assistência estudantil existentes no CEFET-BA. Estes situam-se no público alvo, que são os alunos de baixa renda e egressos de escolas públicas, e no objetivo perseguido, que é de garantir a permanência destes alunos na instituição.

## 4 – OS BOLSISTAS

O CEFET-BA oferece cursos em diferentes modalidades de ensino nos turnos diurno e noturno. Os cursos, Técnico Integrado ao Ensino Médio e o Técnico Subseqüente ao Ensino Médio são predominantemente diurnos, enquanto que os cursos, Técnico Integrado à Educação de Jovens e Adultos, Graduação Tecnológica e Graduação de Nível Superior, são cursos oferecidos no turno noturno.

Com a expansão de vagas para ingresso nos cursos do ensino público nos anos 80 do século passado e com a recente implantação do sistema de cotas para alunos egressos de escolas públicas, afro-descendentes, índios e índios descendentes no Centro em 2006, de acordo com a Resolução nº. 10 do Conselho Diretor (2006), o número de alunos oriundos de famílias de baixa renda aumentou significativamente nesta instituição. Conseqüentemente, aumentou também o número daqueles que buscam a assistência estudantil, como declarado pela entrevistada *“com as cotas a demanda aumentou para inscrição no PAE e também o perfil dos alunos”*.

Visando conhecer um pouco mais os alunos bolsistas do Centro em 2008, foi aplicado um questionário àqueles vinculados às duas ações, ou seja, o Programa de Assistência ao Educando – PAE na modalidade bolsa estágio, e os projetos em parceria com a Fundação Clemente Mariani –FCM, durante um dos encontros que mensalmente são realizados pelo Serviço Social da instituição, com os bolsistas beneficiários de 2008.

Durante o evento para o qual são convocados todos os bolsistas da instituição, realiza-se uma avaliação parcial dos bolsistas e dos projetos nos quais alguns são integrados, bem como ocorrem palestras sobre variados temas, sempre relacionados com o mercado de trabalho. O questionário foi aplicado no encontro realizado no dia 31 de outubro de 2008, ocorrido no auditório do CEFET-BA em Salvador, e que contou com a presença de 53 (cinquenta e três) bolsistas. Neste dia o encontro iniciou-se com a leitura da pauta do mesmo, momento em que foi exposto aos alunos o motivo da aplicação do questionário, que lhes foi entregue para que fosse respondido no decorrer do encontro, sem que necessitassem se identificar, isso com vista a possibilitar aos alunos bolsistas maior liberdade e autonomia nas respostas dadas.

Nesse dia o tema da palestra foi “O Serviço Público Federal” e foi ministrada pela gerente de Recursos Humanos do CEFET-BA, a qual falou sobre o histórico da instituição, como está estruturado o serviço público e quais os benefícios para quem ingressar nesta carreira. Foram muitas as perguntas por parte dos alunos bolsistas, desde como é feita a seleção dos servidores, até quanto tempo trabalham para aposentarem-se. Ao término da palestra todos os alunos responderam o questionário.

Apesar do PAE ser um programa vigente em todas as unidades do CEFET-BA, o encontro é realizado apenas com os bolsistas que são alunos da sede da instituição localizada em Salvador.

O total de bolsistas neste ano de 2008, na sede da instituição em Salvador é de 76 alunos, sendo que destes 55 (cinquenta e cinco) do Programa de Assistência ao Educando e 21 (vinte um) bolsistas da Fundação Clemente Mariani. No início do ano havia 81 bolsistas no CEFET-BA localizado em Salvador, entretanto, houve a evasão de 5 (cinco) bolsistas do PAE, ou seja de 6,6%. A evasão constatada é atribuída a dois fatores, ou o bolsista não conseguiu conciliar estudo e trabalho ou ter conseguido estágio em outras instituições. Foi constatado que todos os 53 (cinquenta e três) bolsistas presentes ao encontro (100%) responderam o questionário, algo considerado positivo, tendo em vista que havia sido exposto aos mesmos, a não obrigatoriedade em responder ao questionário.

Pela análise feita, dos 55 (cinquenta e cinco) bolsistas do PAE em 2008, 45 (quarenta e cinco) haviam comparecido ao encontro, isso corresponde percentualmente a 81,8%. Enquanto que dos alunos bolsistas pertencentes aos projetos em parceria com a Fundação Clemente Mariani, dos 21 (vinte um), só compareceram 8 (oito) bolsistas, ou seja, 39% de bolsistas presentes. Uma primeira questão emerge, ou seja, o porquê da disparidade entre os percentuais de presença dos diferentes programas. Uma hipótese é o fato dos alunos do PAE permanecerem em tempo integral no CEFET-BA, que faz com que eles se interessem mais por comparecer ao encontro.

Um quadro geral dos bolsistas presentes à reunião, segundo cada modalidade de ensino, sexo e faixa etária, vai exposto na tabela a seguir:

Tabela 2: Modelo de curso de acordo com a Faixa etária e sexo do aluno.

Faixa etária do aluno	Sexo do aluno		Modelo de curso				Total	%
			Integrada	EJA	Subseqüente	Superior		
14 a 15	Sexo	Masculino	5				5	9,4
		Feminino	3				3	5,6
		<b>Total</b>	<b>8</b>				<b>8</b>	<b>15</b>
16 a 17	Sexo	Masculino	8				8	15
		Feminino	10				10	18,9
		<b>Total</b>	<b>18</b>				<b>18</b>	<b>33,9</b>
18 a 19	Sexo	Masculino	4		1	0	5	9,4
		Feminino	3		3	1	7	13,2
		<b>Total</b>	<b>7</b>		<b>4</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>22,6</b>
20 a 21	Sexo	Masculino	2	1	1		4	7,5
		Feminino	2	0	2		4	7,5
		<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>3</b>		<b>8</b>	<b>15</b>
22 a 23	Sexo	Masculino	0		1		1	1,9
		Feminino	1		2		3	5,6
		<b>Total</b>	<b>1</b>		<b>3</b>		<b>4</b>	<b>7,5</b>
24 a 25	Sexo	Feminino		1			1	1,9
		<b>Total</b>		<b>1</b>			<b>1</b>	<b>1,9</b>
28 a 29	Sexo	Masculino		0		1	1	1,9
		Feminino		1		0	1	1,9
		<b>Total</b>		<b>1</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3,8</b>
<b>Total de Alunos Consultados</b>			<b>38</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>53</b>	<b>100,0%</b>
<b>%</b>			<b>72</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Pesquisa direta. 31 out. 2008.

Constata-se que a presença feminina é levemente maior que a masculina entre os bolsistas, são 29, frente a 24 rapazes, além de que, no que diz respeito aos cursos contemplados à assistência estudantil alcança em maioria os alunos da Modalidade de Ensino Integrada, 72% entre os beneficiados e a Modalidade Subseqüente com 10%, ou seja, alunos dos cursos diurnos e de menor faixa etária. Esta constatação pode ser explicada pelo fato de que estas duas modalidades de ensino abrangem um número maior de alunos da instituição.

Procurou-se conhecer o grau de satisfação dos alunos em estarem como bolsistas e se houve interferência positiva ou negativa em seu desempenho acadêmico, uma vez que os projetos tiveram início no mês de junho, os resultados encontram-se na tabela a seguir:

Tabela 3: Tipo de assistência estudantil, grau de satisfação e melhoria do aproveitamento acadêmico após a concessão da bolsa.

Aproveitamento acadêmico após a bolsa	Tipo de assistência estudantil		Grau de satisfação com a assistência estudantil		Total	%
			Sim	Em parte		
Sim	Assistência via	PAE	16		16	30,3
		FCM	7		7	13,2
	<b>Total</b>		<b>23</b>		<b>23</b>	<b>43,5</b>
Não	Assistência via	PAE	6	2	8	15
		<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>15</b>
Em parte	Assistência via	PAE	16	5	21	39,6
		FCM	0	1	1	1,9
	<b>Total</b>		<b>16</b>	<b>6</b>	<b>22</b>	<b>41,5</b>
<b>Total de Alunos Consultados</b>						<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa direta. 31 out. 2008.

Observa-se que se for confrontado o grau de satisfação com o tipo de assistência na qual se encontra integrado, dos 8 (oito) bolsistas da FCM que participaram do encontro, 7 (sete) estão satisfeitos em estar como alunos-bolsistas e o aproveitamento acadêmico melhorou após tornarem-se bolsistas, em pontos percentuais este valor significa 87,5% dos daqueles, sendo um indicador de sucesso dos projetos da Fundação Clemente Mariani.

Ao analisar as mesmas variáveis com os alunos bolsistas do PAE, de acordo com o total de presentes ao evento, 45 (quarenta e cinco) bolsistas, apenas 30,3%, se dizem satisfeitos por estarem sendo bolsistas, percentual este, justificado pelos mesmos devido ao cansaço ocasionado por conciliar trabalho e estudo e por este motivo disporem de menos tempo para estudar. Contudo, estes mesmos alunos justificaram que ao fazerem parte deste programa e por consequência estarem em um Projeto de Incentivo a Aprendizagem - PINA, acabam por adquirir mais conhecimentos necessários para o mercado do trabalho e por terem a oportunidade de ter acesso às Novas Tecnologias da Informação–TIC's, em especial o acesso ao computador.

No geral de acordo com a tabela acima, a assistência estudantil do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA é vista como uma ação positiva que possibilita a permanência dos alunos de baixa renda na instituição, objetivo principal dos benefícios distribuídos historicamente no CEFET-BA.

A partir desses dados buscou-se conhecer o alcance da assistência na instituição conforme a matrícula no ano de 2008 no CEFET-BA, em Salvador, de acordo com dados da Diretoria de Ensino da instituição, de acordo com a modalidade de curso e alcance da assistência estudantil na instituição, expostos na tabela abaixo:

Tabela 4: Número de alunos matriculados no CEFET-BA em Salvador no ano de 2008 e alcance da assistência.

<b>Modalidade</b>	<b>Número total de matrículas</b>	<b>Número de Bolsistas</b>	<b>%</b>
Integrada	1.684	59	3,5
Subseqüente	1.113	11	0,9
EJA	55	04	7,3
Superior	828	02	0,2
<b>Total de alunos matriculados</b>	<b>3.680</b>	<b>76</b>	<b>2,1</b>

Fonte: Dados da Diretoria de Ensino do CEFET-BA, 2008.

Pode-se constatar com os dados acima que o número de alunos matriculados nas modalidades Integrada e Subseqüente chega a ser mais que o triplo das matrículas nas modalidades EJA e Superior, o que significaria também uma demanda maior por assistência estudantil nessas duas modalidades. Entretanto, proporcionalmente ao total de alunos, é a modalidade de curso EJA a mais aquinhoadada com 7,3% encontrando-se como bolsista. Ao analisar o número total de matrículas e o total de alunos que dispõe desse benefício, o alcance proporcionalmente é de 2,1%. Com isso, percebe-se que a assistência estudantil no Centro é válida mais não suficiente, uma vez que com a implantação das cotas na instituição, 50% dos alunos que ingressam na instituição são egressos de escolas públicas, e com já foi dito pela entrevistada, com esta política, aumentou significativamente a demanda pelos benefícios na instituição.

## 5 – CONSEQÜÊNCIAS E ALCANCES DA ASSISTÊNCIA

Desde a Escola de Aprendizes Artífices da Bahia criada em 1909 até o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA de 1993, a história do ensino profissionalizante na Bahia teve momentos distintos, adequando-se às necessidades econômicas, sociais e políticas de cada momento.

Contudo, existe algo que é comum a todos os períodos, a preocupação com aqueles oriundos de famílias de baixa renda e conseqüentemente a adoção de ações voltadas à assistência destes alunos. As formas de assistência estudantil, assim como o ensino profissionalizante, passaram por transformações, se no início a preocupação era voltada para as necessidades imediatas por via da distribuição de alimentação gratuita, hoje as ações são pautadas em saciar outras necessidades, - tais como auxílio financeiro, bolsa estágio e até mesmo alimentação - que também podem influenciar na permanência ou não do aluno de baixa renda na instituição.

Atualmente, o então Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA busca implantar ações para os alunos oriundos de camadas menos favorecidas sócio-economicamente, desde antes de seu ingresso, através da isenção de taxas acadêmicas e pela política de cotas da instituição. Com a entrada deste aluno no CEFET-BA a preocupação passa a ser com o seu êxito e permanência, através de ações como, reforço escolar, horário de atendimento com os professores e em menor proporção, devido à falta de profissionais qualificados na instituição, o acompanhamento pedagógico e orientação educacional dos alunos.

Dentre as ações realizadas pela instituição, as que têm sido mais procuradas pelos estudantes são os projetos em parceria com a FCM e o PAE na modalidade bolsa estágio, que têm por finalidade garantir a permanência dos alunos provenientes famílias com baixas condições sócio-econômicas, por meio da distribuição de bolsas.

Entretanto, estes, também possuem suas especificidades, enquanto que nos projetos de *“Incentivo ao Ingresso de Estudantes do CEFET-BA no Ensino Superior e o Projeto de Incentivo á Permanência de Estudantes de Famílias de Baixa-renda no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET-BA”* em parceria com a Fundação Clemente Mariani, os alunos recebem uma bolsa auxílio para dedicar-se somente aos



estudos, os alunos selecionados para participar como bolsistas do Programa de Assistência ao Educando, vinculados aos Projetos de Incentivo à Aprendizagem, recebem uma bolsa estágio, para estudar em um turno e estagiar em um projeto PINA no turno oposto.

Neste ano de 2008, precisamente no início do mês de outubro, os alunos em condições sócio-econômica desiguais, do CEFET-BA, passaram a ter direito a outro benefício, a alimentação, mas precisamente, a almoçar e jantar na instituição.

Mas, apesar dos esforços do CEFET-BA para garantir a permanência destes alunos oriundos de classes menos favorecidas na instituição, de acordo com os dados sobre o alcance da assistência estudantil mencionados anteriormente, estas ações ainda não são as ideais, principalmente após a implantação do sistema de cotas na escola, pois, com isso, metade das matrículas feitas na instituição é de alunos egressos de escolas públicas e que provavelmente irão buscar algum benefício. Este fato também influencia no perfil dos alunos que ingressam no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA, como afirma em entrevista, a Assistente Social da referida instituição, pois segundo a mesma, com as cotas aumentou também a demanda por assistência estudantil na escola, “*somente no ano de 2008 foram 500 (quinhentos) inscritos*”.

Ao analisar apenas a demanda por benefício em 2008, do total de 500 (quinhentos) alunos inscritos para ter acesso à assistência estudantil na instituição, foram ofertadas apenas 81 (oitenta e uma) bolsas, ou seja, desses somente 16,2% foram beneficiados, percentual muito baixo de alcance de assistência se comparado com o número de inscritos.

Vale ressaltar que, ao realizar esta mesma análise levando em conta o total de alunos matriculados no CEFET-BA no ano de 2008, 3.680 (três mil, seiscentos e oitenta) alunos, de acordo com dados da Diretoria de Ensino da referida instituição estes índices caem ainda mais, pois só conseguiu atingir 2,1% do total de alunos. Esta análise também foi realizada de acordo com a modalidade de ensino e o número de alunos que participam dos projetos/programa existentes no CEFET-BA.

O Programa de Assistência ao Educando – PAE no ano de 2008 beneficiou 60 (sessenta) bolsistas, tendo em vista que houve uma evasão de 5 (cinco) bolsistas, como

já foi relatado anteriormente, tem-se hoje 55 (cinquenta e cinco) bolsistas no programa. Confrontando o número atual de alunos bolsistas com a matrícula total de 3.680 alunos, apenas 1,5% é bolsista, ou seja, a oferta atual é de apenas 1 (uma) bolsa para cada 66 (sessenta e seis) alunos os cursos da instituição. Isto significa que o programa não está alcançando sua meta que seria garantir a permanência dos alunos de baixa renda na instituição, uma vez que sabe-se que atualmente metade dos alunos que ingressam são egressos de escolas públicas e em sua maioria pertencentes a famílias com baixas condições sócio-econômicas.

Ao realizar esta análise, com os 21 (vinte e um) alunos que participam dos projetos em parceria com a Fundação Clemente Mariani - FCM, de acordo com dados desta instituição, verifica-se que os projetos da fundação beneficiam apenas 0,6% dos 3.680 (três mil, seiscentos e oitenta) alunos matriculados no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA. Quando esta análise é feita levando em conta apenas a modalidade de ensino integrada, que é o foco dos projetos da FCM, este percentual é de 1,2%, uma vez que nesta modalidade existem 1.684 (mil seiscentos e oitenta e quatro) alunos matriculados.

Conclui-se, com isso, que as ações do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA para garantir a permanência de alunos oriundos de famílias de baixa renda são válidas mais não contempla a todos que buscam estes benefícios. Sobre isto, a entrevistada afirma que

O entrave maior é que um programa não vai resolver um problema, é necessária uma política pública de assistência ao estudante, com restaurante, residência para os alunos que vêm do interior, uma política mesmo, mais ampla, um programa é muito limitado para atender a demanda dos estudantes, principalmente com a entrada dos alunos cotistas. (Entrevista, 2008).

Segundo a mesma, Programa de Assistência ao Educando - PAE só terá futuro no dia em que ele virar uma política pública, enquanto ele continuar como programa não vai ter perspectiva porque a demanda é muito grande ainda e o programa não consegue contemplar a todos. Para tanto é necessária uma mobilização dos interessados, uma vez que se existe verba para o ensino superior por que não existe para as outras modalidades de ensino? E a mesma acrescenta ainda que

Implantar uma política de cotas é fácil, mas temos que pensar também na permanência, e a permanência não é só a distribuição de bolsas,

temos que pensar também na base que eles não tiveram. Eu acho que a escola tem que pensar em um curso preparatório para eles, para estar revisando os assuntos do ensino fundamental, nós temos exceções de alunos cotistas que se deram bem, isso porque eles não tiveram aquela base. Então a política de cotas tem que também pensar nesta base deste aluno. (Entrevista, 2008).

Com isso, pode-se concluir que, as ações baseadas na assistência estudantil do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA ainda não contemplam a todos que a buscam, para tanto faz-se necessária uma grande ampliação deste benefício. Outro aspecto é que não adianta o acesso e permanência se não existirem ações voltadas para reforçar os conhecimentos que estes alunos adquiriram nas escolas de onde são egressos. Pois, segundo a entrevistada é muito grande o número de alunos que não conseguem obter um desempenho acadêmico satisfatório. E este é um tema que merece um estudo mais aprofundado.

Neste sentido, uma preocupação também está relacionada com a comparação do desempenho dos alunos bolsistas nos diferentes tipos de projetos existentes no CEFET-BA, como será o desempenho acadêmico dos alunos bolsistas do Programa de Assistência ao Educando – PAE em relação aos alunos bolsistas da Fundação Clemente Mariani – FCM? Este é também, tema que merece tratamento mais aprofundado.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Jolinda de Moraes. **A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública**. Londrina: UEL, n. 01, jul./dez. 2002.  
Disponível em: [http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v5n1\\_jo.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v5n1_jo.htm)  
Acesso em: 20 agost. 2008.
- BAHIA. Fundação Clemente Mariani. **Projeto de Incentivo à Permanência de Estudantes de Famílias de Baixa-renda no Centro Federal Tecnológico da Bahia – CEFET-BA**. Salvador. 2008.
- \_\_\_\_\_. Fundação Clemente Mariani. **Projeto de Incentivo ao Ingresso de Estudantes de Escolas Públicas no Ensino Superior**. Salvador. 2008.
- \_\_\_\_\_. Fundação Clemente Mariani. **Relatório Anual de Atividades 2002**. Salvador. 2002.
- BARRETO, Carolina Marielli. Ensino de Arte e Educação Profissional Feminina: A criação da Escola Profissional Feminina de São Paulo. **Revista Digital Art**. São Paulo, ano IV, nº 05, abr.2006. Disponível em: <<http://www.revista.art.br/site-numero-05/trabalhos>> Acesso em: 06 out. 2008.
- BRASIL. CEFET-BA. Ata da 13ª Sessão Ordinária do Conselho de Representantes da Escola Técnica Federal da Bahia, de 29 de novembro de 1974. In: **Livro de Atas de 12 de outubro de 1974 a 25 de outubro de 1990**. Salvador.
- \_\_\_\_\_. CEFET-BA. Ata da 53ª reunião da Diretoria da Escola Técnica Federal da Bahia, de 19 de maio de 1981. In: **Livro de Atas de 11 de outubro de 1976 a 16 de março de 1982**. Salvador.
- \_\_\_\_\_. CEFET-BA. Ata da 83ª reunião do Conselho de Professores da Escola Técnica Federal da Bahia, de 27 de agosto de 1971. In: **Livro de Atas de 18 de novembro de 1969 a 28 de agosto de 1972**. Salvador.
- \_\_\_\_\_. CEFET-BA. **Convênio de Cooperação Técnica entre o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET-BA e a Fundação Clemente Mariani – FCM**. Salvador. 2007.
- \_\_\_\_\_. CEFET-BA. **Convênio de Cooperação Técnica entre o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET-BA e a Fundação Clemente Mariani – FCM**. Salvador. 2008.
- \_\_\_\_\_. CEFET-BA. **Entrevista com a assistente social do CEFET-BA, realizada em 08 de outubro de 2008**. Salvador. 2008.
- \_\_\_\_\_. CEFET-BA. **Manual dos Programas Bolsa de Trabalho e Auxílio Financeiro**. Salvador. 2000.
- \_\_\_\_\_. CEFET-BA. **Normas do Programa de Assistência ao Educando - PAE**.

Salvador. 2006.

\_\_\_\_\_. CEFET-BA. **Número de alunos matriculados no CEFET-BA de Salvador em 2008**. Salvador. 2008.

\_\_\_\_\_. CEFET-BA. **Pesquisa direta com os alunos Bolsistas do CEFET-BA, realizada em 31 de outubro de 2008**. Salvador. 2008.

\_\_\_\_\_. CEFET-BA: **Regimento Interno do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia**. Salvador. 1996. Disponível em:  
<[http://www.cefetba.br/index\\_portal.htm](http://www.cefetba.br/index_portal.htm)>  
Acesso em: 24 set. 2008.

\_\_\_\_\_. CEFET-BA: **Relatório de Gestão 2007**. Salvador. 2007.  
Disponível em: [www.cefetba.br/index\\_portal.htm](http://www.cefetba.br/index_portal.htm)  
Acesso em: 24 set. 2008.

\_\_\_\_\_. CEFET-BA: **Relatório Social 2008**. Salvador. 2008.

\_\_\_\_\_. CEFET-BA. Resolução N°. 05 do Conselho Diretor, de 08 de abril de 2003. **Dispõe sobre a realização de estudos para transformar a bolsa auxílio trabalho em bolsa estágio**. Salvador. 2003.

\_\_\_\_\_. CEFET-BA. Resolução N°. 21 do Conselho Diretor, de 22 de dezembro de 2003. **Aprova as Normas do Programa de Assistência ao Educando do CEFET-BA**. Salvador. 2003.

\_\_\_\_\_. CEFET-BA. Resolução N°. 19, de 21 de dezembro de 2005. **Concede a isenção de pagamento da taxa de inscrição do Exame de Seleção/Vestibular**. Salvador. 2005.

\_\_\_\_\_. CEFET-BA. Resolução N°. 09 do Conselho Diretor, de 31 de maio de 2006. Reedita as Normas do Programa de Assistência ao Educando – PAE do CEFET-BA. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. CEFET-BA. Resolução N°. 10, de 1º de junho de 2006. **Estabelece reserva de vagas para afro-descendentes, índios e índios, nos cursos do CEFET-BA realizados através de Vestibular/Seleção**. Salvador. 2006.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal, Código Comercial, Código Tributário Nacional, Código de Processo Civil, Código Civil (excertos)**: legislação complementar. Barueri: Manole, 2004.

\_\_\_\_\_. Decreto Federal N°. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1997.

\_\_\_\_\_. Decreto Federal N°. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1997.

\_\_\_\_\_. Lei 8.069, de 13 de junho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1990.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. IBGE: **Síntese dos Indicadores Sociais 2008**: : uma análise das condições de vida da população brasileira. Comunicação Social/IBGE, 2008. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1233&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&id_pagina=1)  
Acesso em: 24 set. 2008.

\_\_\_\_\_. INEP/MEC: **Desafios do Plano Nacional de Educação**. Comunicação Social/INEP, 2004.  
Disponível em: [http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news04\\_41.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news04_41.htm)  
Acesso em: 25 out. 2008.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004. Versão Oficial.

\_\_\_\_\_. Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2007.

CARVALHO, Maria Aparecida de; CAMPOS, Maria Regina M. de. **A educação nas constituintes brasileiras**: 1934, 1937, 1946, 1969, 1988. Campinas: Pontes, 1991.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação**. Brasília – DF. 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial manufatureiro no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: Papirus, n. 14, mai./jun./ago. 2000.  
Disponível em: <http://www.autoresassociados.com.br/livro/286/revista-brasileira-de-educacao-n%C2%B0-14>  
Acesso em: 25 set. 2008.

**Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.  
Disponível em: [www.dnnet.org.br/direitos/sip/omu/educar/todos.htm](http://www.dnnet.org.br/direitos/sip/omu/educar/todos.htm)  
Acesso em: 28 agost. 2008.

HIDALGO, Ângela M<sup>a</sup>; e SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli (Orgs.). **Educação e Estado**: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90. Londrina: Ed. UEL. 2001.

- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. e. São Paulo: Atlas, 2001.
- LESSA, José Silva. **CEFET-BA – Uma resenha histórica**: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica. Salvador: CSS/CEFET-BA. 2002.
- LIMA, Manolita Correia. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.
- LOPES, Eleni de Melo Silva. **Serviço Social e Educação**: as perspectivas de avanços do profissional de serviço social no sistema escolar público. Marília, 2005.  
Disponível em: [http://www.revistas.uel.br/c-v8n2\\_eleni.htm](http://www.revistas.uel.br/c-v8n2_eleni.htm)  
Acesso em: 14 agost. 2008.
- OLIVEN, Arabela Campos. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades**: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil.  
Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article>  
Acesso em: 03 set. 2008.
- PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. O trabalho monográfico como iniciação à pesquisa científica. In: CARVALHO, Maria Cecília M. de. **Construindo o Sabe**: Metodologia científica: fundamentos e técnicas. 7.ed. Campinas: Papyrus, 1998.
- PETROSSI, Helena Gemignani; ARAÚJO, Almérico Melquiades de. Políticas Públicas de Educação Profissional: uma reforma em construção no sistema de escolas técnicas públicas em São Paulo. In SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivana Catarina Arantes (Orgs.). **Políticas Educacionais**: o ensino nacional em questão. Campinas, SP: Papyrus, 2003. p. 65 – 90.
- PINHO, Roberto Cumming de. **A Escola Técnica da Bahia e um perfil da sua comunidade**. Salvador: MEC/SESG. 1989.
- RIBEIRO, Marlene. **Exclusão e educação social**: conceitos em superfície e fundo.  
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302006000100008>  
Acesso em: 03 set. 2008.
- SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 10ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2001.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20ª ed. São Paulo: Cortez. 1996.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2002.
- WASELFISZ, Júlio Jacobo; ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Carla. **Bolsa Escola**: melhoria educacional redução da pobreza. Brasília: Unesco. 1998. 170 p.

## APÊNDICE





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA  
GRADUANDA: DANIELA SILVA DA CRUZ**

## QUESTIONÁRIO PARA O BOLSISTA

- Dados Pessoais

1 - CEFET-BA:     Sede                       UNED. Qual?  
\_\_\_\_\_

2 - Sexo:             Masculino             Feminino

3 - Idade: \_\_\_\_\_                      4 - Cor: \_\_\_\_\_

5 - Residência: Município: \_\_\_\_\_                      Bairro: \_\_\_\_\_

6 - Modalidade do Curso:  Integrada     Subseqüente     EJA      
Superior

7 - Ano/Semestre: \_\_\_\_\_

- Sobre o Programa

9 – De qual Programa participa?  PAE                                       Fundação Clemente Mariani

10 – Quem é o responsável financeiro em sua família?  
 Pai                                       Mãe                                       Outros. Quem?  
\_\_\_\_\_

11 – Qual a renda total de sua família em salários mínimos?  
 Até 1/2                       1                       2                       3                       4  
ou mais

12 – Qual o nível de escolaridade de seu pai?  
 Não Alfabetizado                       Médio Incompleto  
 Fundamental Incompleto                       Médio Completo  
 Fundamental Completo                       Sup. Incompleto     Sup.

Completo

13 – Qual o nível de escolaridade de sua mãe?

- ( ) Não Alfabetizado                      ( ) Médio Incompleto  
( ) Fundamental Incompleto              ( ) Médio Completo  
( ) Fundamental Completo                ( ) Sup. Incompleto    ( ) Sup. Completo

14 – Quantas pessoas residem em sua casa?

---

15 – Você mora em casa própria?    ( ) Sim                      ( ) Não

16 – Você está satisfeito em estar como aluno-bolsista?

- ( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) Em parte

Por que?

---

17 – Seu desempenho acadêmico melhorou depois que você se tornou bolsista?

- ( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) Em parte

Por que?

---

18 – O projeto em que você é bolsista está contribuindo para o seu crescimento profissional?

- ( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) Em parte

Justifique:

---

19 – Você acha suficiente o valor da bolsa que recebe?

- ( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) Em parte

Justifique?

---

20 – Para quê você utiliza este dinheiro?

- ( ) Transporte  
( ) Material escolar  
( ) Ajudar nas despesas domésticas  
( ) Outras. Quais? -
- 

***Obrigada!***